



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS**

**LUDMILA RÉGIS RODRIGUES DE SOUZA**

**CORPOS-OBJETOS:  
UMA RELAÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO FEMININA NOS CONTOS *MISS  
ALGRAVE* E A *LÍNGUA DO "P"* E A REALIDADE DE UMA SOCIEDADE  
PATRIARCALMENTE ESTRUTURADA**

Salvador  
2018

**LUDMILA RÉGIS RODRIGUES DE SOUZA**

**CORPOS-OBJETOS:  
UMA RELAÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO FEMININA NOS CONTOS *MISS  
ALGRAVE* E *A LÍNGUA DO “P”* E A REALIDADE DE UMA SOCIEDADE  
PATRIARCALMENTE ESTRUTURADA**

Monografia apresentada ao Instituto de Letras da  
Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos  
para a obtenção do grau de bacharel em Letras Vernáculas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lígia Leite e Aguiar

Salvador  
2018

## AGRADECIMENTOS

A Gabriella, pela cumplicidade especial.

A Ana Lúcia, pela orientação acolhedora e cuidadosa.

## RESUMO

SOUZA, Ludmila Régis Rodrigues de. *Corpos-objetos: a relação entre a condição feminina nos contos Miss Algrave e A língua do "P" e a realidade de uma sociedade patriarcalmente estruturada*. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

Este trabalho se dedica ao estudo da relação entre o corpo feminino e a sociedade patriarcal em que está imerso, a partir dos contos *Miss Algrave* e *A língua do "P"*, ambos presentes no livro *A via crucis do corpo*, de Clarice Lispector, publicado em 1974. Usando *O segundo sexo*, livro publicado em 1949 por Simone de Beauvoir, como principal aporte teórico, costumam-se também a essa reflexão autoras contemporâneas que versam sobre a condição feminina, no sentido de apresentar um corpo que é histórico, social e estruturalmente silenciado e oprimido. Parte-se dos contos e, portanto, de duas grandes questões que os atravessam: a prostituição e o estupro. Buscou-se aqui entender como ambas as questões se conectam, reconhecendo a prostituição como exploração sexual e o estupro como tática patriarcal de domínio e opressão, de maneira que se mostram articuladas em função de assegurar a manutenção dos corpos femininos como propriedades masculinas.

**Palavras-Chaves:** Corpo feminino. Prostituição. Estupro. Patriarcado. Clarice Lispector.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CONDIÇÃO FEMININA À LUZ DE SIMONE DE BEAUVOIR .....</b>	<b>9</b>
2.1 A MULHER E O SEU PRÓPRIO CORPO .....	14
<b>3 O CORPO FEMININO NAS OBRAS ANALISADAS .....</b>	<b>20</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>
<b>6 ANEXOS.....</b>	<b>43</b>

porque uma mulher boa  
é uma mulher limpa  
e se ela é uma mulher limpa  
ela é uma mulher boa  
há milhões, milhões de anos  
pôs-se sobre duas patas  
a mulher era braba e suja  
braba e suja e ladrava  
porque uma mulher braba  
não é uma mulher boa  
e uma mulher boa  
é uma mulher limpa  
há milhões, milhões de anos  
pôs-se sobre duas patas  
não ladra mais, é mansa  
é mansa e boa e limpa

Angélica Freitas

## 1 INTRODUÇÃO

Até a década de 1940, as mulheres chinesas eram impelidas a comprimir seus pés de maneira tão violenta que eles não chegavam a mais de dez centímetros, porque pés pequenos eram símbolo de sensualidade e feminilidade. Quanto menor fosse o pé, mais interesse um homem teria nelas, o que significava, por fim, maior possibilidade de casamento. Aos três anos de idade, a criança do sexo feminino tinha seus dedos fraturados e, em seguida, dobrados em direção à sola do pé, para que as fraturas fossem cicatrizadas naquela posição e, então, os pés fossem impedidos de crescer. Evidentemente, essa tortura impedia a locomoção dessas crianças, que tinham de crescer sentadas e conquistavam, por isso, na vida adulta, quadris e colunas deformados. Daí a segunda função dessa prática: impedir a livre mobilidade das chinesas.

Na região de Lesedi, na África do Sul, e na região de Chiang Mai, na Tailândia, mulheres das tribos Nbedele e Kayan, respectivamente, são ainda hoje obrigadas a carregar no pescoço muitos quilos de cobre, sob justificativa de que não devem olhar para os lados ou fugir de seus maridos. A primeira peça simula uma única argola e é posta na criança de sexo feminino aos cinco anos de idade. A partir de então e durante toda a vida, as mulheres vão trocando essas peças por outras maiores e mais pesadas, o que esmaga e afunda suas clavículas e faz com que os pescoços afinem tanto que não possam mais aguentar o peso das cabeças. Na Tailândia, hoje, essas mulheres são vendidas à mídia pelo governo local sob o título de mulheres-girafa, e pessoas de todo o mundo vão fotografá-las — o que movimentava a economia da região e as obriga, por uma questão de sobrevivência, a manterem-se atreladas a essa prática, mesmo quando grande parte delas deseja abandonar o costume às gerações anteriores.

Na atual indústria pornográfica mundial, mulheres são violentamente pressionadas a praticar, diante das câmeras, o que se chama de *rosebud* (botão de rosa), que nada mais é do que um prolapso retal, isto é, um extravasamento do intestino para fora do ânus, alcançado depois de esse ânus ter sido violentamente machucado, inclusive com objetos. Cenas de tortura como essa são uma grande motivação para a excitação sexual de homens do mundo inteiro, o que, aliás, a indústria pornográfica faz com maestria. E, ainda que dinheiro não compre consentimento, as atrizes que são forçadas a praticar o *rosebud* sequer recebem a mais por isso. Vão acumulando, ao longo de suas carreiras, uma série de problemas de saúde acarretados pela exploração sexual que sofrem e são deliberadamente descartadas por essa mesma indústria, tal qual objetos já sem serventia, antes mesmo de completarem trinta anos.

Em se tratando de Brasil, nosso país é, na América Latina, aquele que lidera o *ranking* em número de casos de casamento infantil, ocupando o quarto lugar quando esse *ranking* passa a ser mundial; e, apesar de a expressão *casamento infantil* sugerir crianças de ambos os sexos, é evidente que as vítimas em questão são sempre meninas, agenciadas até mesmo por suas famílias para homens adultos ou idosos. É também no Brasil atual que um homem que ejacula no braço de uma mulher dentro de um ônibus, em plena luz do dia e sob o olhar complacente de outros homens — a partir do que se descobre que ele já havia feito isso outras vezes, sempre com mulheres —, é liberado pela justiça sob a justificativa de que não teria havido qualquer constrangimento para a vítima em questão.

Por quê? Por que às mulheres não é dada a posse sobre os seus próprios corpos? Por que vivemos eternamente numa condição de subalternidade em relação aos homens, sendo nosso corpo uma propriedade masculina, desde que nascemos e até morrermos? Por que não temos direito aos nossos próprios corpos? Acredito que seria demasiadamente pretensioso dizer que este trabalho procura *responder* a essas questões, mas é nesse caminho de tentar achar respostas para essas perguntas que esta pesquisa se concretiza. A partir dos contos *Miss Algrave* e *A língua do “P”*, ambos presentes no livro *A via crucis do corpo*, publicado em 1974 por Clarice Lispector, tentarei delinear a maneira como uma sociedade patriarcalmente<sup>1</sup> estruturada percebe o corpo feminino; e não só como o percebe, mas como lida com ele a partir dessa percepção.

A escolha de Simone de Beauvoir como teórica que vai orientar nosso primeiro capítulo, uma breve contextualização histórica acerca da mulher e seu corpo, se dá justamente pelo fato de sua principal obra sobre o tema, *O segundo sexo*, ser, depois de quase setenta anos, uma grande e ainda atual contribuição para os estudos ligados à mulher. Não se pode desconsiderar, ao se falar do corpo feminino hoje, as impressões que Beauvoir registrou, em 1949, ao longo de dois volumes e mais de oitocentas páginas — recorri, portanto, a esse seu grande apanhado para trazer dele recortes, momentos, pontuações, nuances que nos ajudem a tecer um pano de fundo para os elementos em questão. Nosso segundo capítulo introduz os contos de Clarice, pensando, a partir deles, paralelamente, duas grandes questões que perpassam o tema do corpo feminino: a prostituição e o estupro. Nessa reflexão, muitos são os elementos e subtemas que vem à tona e, lembrando sempre da impossibilidade de desvendar as entranhas de um território

---

<sup>1</sup> O conceito de patriarcado vem do alemão Max Weber, que, com ele, se referia ao modelo familiar em que o homem provinha o sustento da família, decorrente de sua interação com o espaço público, enquanto sua esposa deveria se responsabilizar pelas questões relativas ao espaço privado. Com o passar do tempo e a conseqüente mudança dos paradigmas familiares, as mulheres que estudam o feminismo resgatam o termo de Weber para se referir a um patriarcado contemporâneo, que alude ao sistema societal no qual estamos todos inseridos, em que os homens são privilegiados em detrimento das mulheres, nos mais diversos aspectos. É a esse segundo conceito que me refiro, aqui, ao longo de todo o trabalho.



tão vasto, vou pontuando questões que me pareçam pertinentes e cabíveis ao que aqui nos interessa: o corpo feminino imerso em uma sociedade patriarcal.

## 2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CONDIÇÃO FEMININA À LUZ DE SIMONE DE BEAUVOIR

### A socialização feminina

“A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta.”

Simone de Beauvoir

Todo indivíduo que vive em sociedade recebe regras e estímulos em relação à maneira como deve se comportar, isto é, recebe um papel social que deve seguir e a ele corresponder enquanto sujeito. Os papéis sociais que os homens recebem são diferentes dos quais as mulheres recebem e ambos atuam no sentido de manter em funcionamento uma estrutura social em que aos homens são destinados atributos como vigor, virilidade, segurança e às mulheres, por sua vez, passividade, docilidade e subserviência. Mas, de que forma esses papéis são impostos ao longo da vida? Bem, já na primeira infância, por exemplo, meninas têm suas orelhas furadas para que seja inserido ali um ornamento. Elas são educadas a serem boazinhas, meigas, sensíveis, cuidadosas, delicadas e excessivamente preocupadas com sua aparência física, de maneira que devem utilizar como brinquedos objetos que lhes assegurem esses atributos: bonecas, minicozinhas, miniaturas de secadores de cabelo, pequenos estojos de maquiagem. Os meninos, ao contrário, são encorajados a desenvolver sua segurança, força, vigor e raciocínio; devem ser decididos, fortes, pouco sensíveis e desbravadores, são ensinados a serem os donos do mundo; evidentemente, devem utilizar aqueles brinquedos que lhes assegurem também esses atributos: carrinhos, jogos de tabuleiro, aviões. Simone de Beauvoir, em seu icônico *O segundo sexo*, pontua:

[...] a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. [...] A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem encoraja-o a pôr-se para si. Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os

outros meninos, despreza as meninas. Subindo nas árvores, brigando com colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele apreende seu corpo com um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta; orgulha-se de seus músculos como de seu sexo; através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; ao mesmo tempo conhece as lições severas da violência; aprende a receber pancada, a desdenhar a dor, a recusar as lágrimas da primeira infância. Empreende, inventa, ousa. [...] Ao contrário, [à mulher] ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino. (BEAUVOIR, 2009, p. 375-376).

E continua, sobre a socialização feminina:

[...] propõem-lhe [à menina] virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que da toalete, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incômodas e preciosas de que precisa tratar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento: "Endireite o corpo, não ande como uma pata". Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proibem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, incitam-na a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo (BEAUVOIR, 2009, p. 377).

É no fato de a socialização feminina ser absolutamente mais cruel e violenta do que a socialização masculina que reside a ideia de submissão e dominação de homens para com mulheres, porque o tal “gênero feminino” é interiorizado pela mulher a partir de uma educação que visa à sua inferioridade diante do “gênero masculino”, uma vez que a “feminilidade” nada mais é do que um arsenal de rituais que servem para demonstrar submissão ao macho: unhas compridas que dificultam o uso eficiente das mãos, saltos altos que contêm o ir e o vir, tintas e pós que escondem imperfeições imperdoáveis. Enquanto ao homem é outorgado o papel de dominação, à mulher é outorgado o papel de submissão. É óbvio que, pelo fato de serem impostos, são ambos austeros para todo aquele que se vê obrigado a corresponder a uma expectativa social sem qualquer fundamento, no entanto, é claramente mais doloroso fazer parte do grupo de sujeitos que, ao invés de dominar, é dominado. Mas o que exatamente faz com que um indivíduo seja socializado como mulher ou como homem? O que determina se o bebê vai ter suas orelhas furadas ou não, quarto rosa ou azul, se vai brincar de boneca ou de carrinho?

## A condição biológica e o conceito de alteridade feminina

Pois bem, há décadas se discute sobre a opressão a que está submetido o corpo feminino, mas pouco se fala sobre a raiz dessa opressão, que precisamente e não por acaso vem a ser o fator-chave na determinação dos papéis sociais de que tratávamos há pouco. Reconhecer a estrutura biológica feminina como característica-base da opressão que nos é infligida é um primeiro passo muito importante em direção à educação acerca de nossa própria condição no mundo.<sup>2</sup> Quando analisamos a questão da socialização, fica evidente a maneira como se dá esse processo de divisão de posições sociais: com base no sexo, isto é, na estrutura biológica dos indivíduos. Aquelas que têm vagina recebem, junto com o quarto rosa, uma série de imposições: se dê o respeito, seja boazinha, não grite, case, tenha filhos, agrade. Aqueles que têm pênis recebem imposições um pouco mais atrativas, junto com o quarto azul: seja forte e decidido, mostre quem manda, não baixe a cabeça para ninguém, não chore.<sup>3</sup>

É partindo da ideia de socialização que Beauvoir inicia o segundo volume de sua já referida obra: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico<sup>4</sup>, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*” (BEAUVOIR, 2009. p. 361). A mulher como um *Outro* parece ser a questão principal de sua condição no mundo, e Beauvoir explica esse conceito de alteridade feminina:

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 2009, p. 16-17).

---

<sup>2</sup> É comum, especialmente no ambiente acadêmico, que as mulheres que reconhecem esse fato sejam crucificadas e acusadas de essencialistas, como se a elas coubesse a decisão de oprimir ou subalternizar em função da genitália, quando, na realidade, elas é que são oprimidas e subalternizadas por uma regra cruel que já é, há séculos, instituída socialmente. É preciso que se compreenda que reconhecer a existência de uma socialização baseada nos órgãos genitais não é o mesmo que concordar com ela; esse processo já existe, se dá com base na condição biológica, de fato, e é a partir disso que devem ocorrer as discussões, atentando-se sempre ao teor cruel do processo em questão.

<sup>3</sup> É claro que aqui e durante todo o tempo em que falamos de socialização neste trabalho, estamos apresentando uma situação predominante, o que não nos faz ignorar um número felizmente crescente de famílias que burlam a imposição desses papéis de gênero da forma como são aqui apresentados, admitindo que uma criança, independentemente de seu sexo, possa gostar de futebol ou de bonecas, usar vestidos, ter cabelo curto etc.

<sup>4</sup> Observe-se que Beauvoir não nega a socialização em função da condição biológica, mas a reforça, indicando que a estrutura fisiológica por si mesma não nos destina a nada; quem nos dá um papel a partir disso é a sociedade.

De acordo com esse pensamento, a mulher ocupa a posição inferior dentro de um binômio em que, segundo a autora, uma parte é necessária à outra, o binômio homem-mulher.<sup>5</sup> Essa alteridade se dá na medida em que, dentro de uma sociedade patriarcal, a mulher ocupa a posição que lhe é concedida, ou melhor, que lhe é imposta. Isso quer dizer que, sendo a sociedade um espaço criado por homens e dentro do qual homens detêm o poder, a mulher não ocupa o posto que lhe convém, mas o espaço que veio ao homem lhe ceder.<sup>6</sup> Essa posição de “inessencial perante o essencial” tampouco é ou foi desencadeada a partir de um marco histórico, uma guerra da qual as mulheres saíram vencidas:

Elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não *aconteceu*. [...] Mas, mesmo no tempo em que gozaram de um estatuto privilegiado, único no mundo antigo, não foram as mulheres socialmente iguais aos homens; associadas ao culto, ao governo, podiam desempenhar o papel de regente, mas o faraó era homem; os sacerdotes e os guerreiros eram homens; elas só interferiam na vida pública de modo secundário; e na vida privada exigiam dela uma fidelidade sem reciprocidade (BEAUVOIR, 2009, p. 19 e 128).<sup>7</sup>

É assim desde que mulheres possuem uma estrutura fisiológica específica, isto é, um sistema reprodutivo: é assim desde sempre. Simplesmente não há um marco histórico que determine o início dessa opressão; ela se dá com base na estrutura biológica, desde que mulheres são mulheres, embora existam, sim, momentos históricos que acentuaram essa opressão.

A literatura demonstra um passado bastante calcado na ideia de mulher relacionada ao mito de Adão e Eva, e o próprio Aristóteles considerava a mulher um ser incompleto, que não tinha conseguido atingir a perfeição e a integridade do homem. Fala-se também, na primeira parte da obra que aqui referenciamos, da ideia do óvulo enquanto inerte, frente a um espermatozoide ágil. A autora menciona que, mesmo depois da descoberta do óvulo como um

---

<sup>5</sup> Como mulher lésbica, no entanto, não me sinto contemplada por essa última parte desse pensamento. Acredito que nós lésbicas somos, por excelência, a quebra da autoridade patriarcal e do que a teórica estadunidense Cheryl Clarke chama de “prostituição ao amor escravista”, que diz respeito à situação de dependência que tem a mulher heterossexual para com o homem.

<sup>6</sup> “A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro” (BEAUVOIR, 2009, p. 207).

<sup>7</sup> Não se ignoram aqui as raras e importantes aparições femininas nesse sentido; Cleópatra, Safo, Nzinga, Joana D’Arc, Isabelle Eberhardt... todas são bons exemplos de mulheres que, a seu modo, subverteram a lógica patriarcal e impuseram ao mundo sua força, diante de um contexto de dura repressão e misoginia.

princípio ativo, essa ideia de inércia *versus* agilidade ainda era bastante cultuada pelos homens. É a partir da descoberta do bronze, no entanto, que os papéis sociais vão ficando mais claros, já que é só aí que a fraqueza muscular da mulher se torna uma inferioridade, de fato. Beauvoir evidencia essa questão explicando que “é preciso que haja referências existenciais, econômicas e morais para que a noção de *fraqueza* possa ser concretamente definida” (BEAUVOIR, 2009, p. 88). Ou seja, é só diante da necessidade de adaptar-se à nova realidade, com os novos instrumentos, que a fraqueza muscular da fêmea humana é de fato caracterizada como fraqueza: “a abundância só cria superioridade na perspectiva de uma necessidade; não é melhor ter demais do que não ter bastante” (BEAUVOIR, 2009, p. 88).

Com o aparecimento da propriedade privada é que finalmente se concretiza a condição da mulher como posse do homem, através da divisão sexual do trabalho:

Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. [...] A propriedade privada aparece; senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Ela se explica pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos. [...] O direito paterno substitui-se então ao direito materno; a transmissão da propriedade faz-se de pai a filho e não mais da mulher a seu clã. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada (BEAUVOIR, 2009, p. 88-89).

A partir do momento em que existe a noção de propriedade privada, acentua-se a divisão de trabalho público *versus* privado, e a instituição da família vem selar essa dominação. Com o casamento, a posse das mulheres se transfere de pai para marido e, a partir de então, as esposas são prisioneiras domésticas.<sup>8</sup> A elas cabia o ambiente privado; aos homens, por sua vez, o ambiente público. Além disso, a educação por muito tempo foi vetada às mulheres, o que

---

<sup>8</sup> A questão do homem como senhor da mulher tem suas raízes nesse passado histórico em que ter um marido para servir significava ter direito à sobrevivência. A mulher, tal qual um objeto, era passada de um homem (seu pai) a outro (seu marido), através do contrato social designado pelo casamento; assim era literalmente vendida: junto a ela ia o dote, uma determinada quantia em dinheiro que a família da mulher pagava ao homem, como recompensando-o por aceitar o fardo de receber aquele produto humano, responsabilizando-se por ele (a prática do dote de casamento ainda existe em algumas regiões do mundo, como Tailândia, China e Índia). A partir de então, a mulher tinha a obrigação de servi-lo e agradá-lo, responsabilizando-se por cozinhar e, portanto, manter a boa alimentação do seu senhor, cuidar da casa para prover-lhe um limpo, organizado e tranquilo espaço de descanso e, por fim, é claro, gerar com saúde os herdeiros dele (ou novas serviçais, no caso de filhas mulheres), que, uma vez paridos, deveriam receber o completo cuidado de sua mãe (já responsabilizada pela casa e pela satisfação sexual de seu pai, vale lembrar), principalmente nos primeiros anos de vida.

contribuiu enormemente para essa condição subalterna. Virginia Woolf, em *Um teto todo seu*, traz uma interessante reflexão sobre isso:

Teria sido impossível, absoluta e inteiramente, para qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare na época de Shakespeare. Deixe-me imaginar [...] o que teria acontecido se Shakespeare tivesse tido uma irmã incrivelmente talentosa [...]. O próprio Shakespeare frequentou, é provável — sua mãe era uma herdeira —, a escola, onde aprendeu latim [...] e os elementos da gramática lógica. [...] Ele tinha, ao que parece, um pendor para o teatro; começou cuidando dos cavalos na entrada do palco. Logo passou a trabalhar no teatro, tornando-se um ator de sucesso, e a viver no centro do universo, encontrando todo mundo, conhecendo todo mundo, praticando sua arte nos cartazes, exercitando suas habilidades nas ruas, ganhando até mesmo acesso ao palácio da rainha. Enquanto isso, sua talentosa e extraordinária irmã, é de se supor, ficava em casa. Ela era tão aventureira, tão imaginativa, tão impaciente para conhecer o mundo quanto ele. Mas ela não frequentou a escola. Não teve a oportunidade de aprender gramática e lógica, que dirá de ler Horácio e Virgílio. Apanhava um livro de vez em quando, talvez um dos de seu irmão, e lia algumas páginas. Mas logo seus pais surgiam e ordenavam que fosse coser as meias ou cozer o guisado e não mexesse em livros e papéis (WOOLF, 2014, p. 70-71).

Ora, enquanto o homem aprende que seu corpo é um meio de dominar a natureza, um instrumento do qual ele deve se orgulhar, séculos de opressão levaram as mulheres a perceberem seus corpos como uma barreira entre elas mesmas e o mundo (BEAUVOIR, 2009, p. 433). É partindo desse fato que vamos analisar a relação de distanciamento e alienação das mulheres para com os seus próprios corpos, assunto da próxima seção.

## 2.1 A MULHER E SEU PRÓPRIO CORPO

### O ódio à menstruação

“A mulher menstruada estraga as colheitas, devasta os jardins, mata os germes, faz caírem os frutos, mata as abelhas; se toca no vinho, dele faz vinagre; o leite azeda...”

Plínio, o velho

Ainda hoje no Brasil, especialmente nas cidades do interior, sobrevivem algumas crenças negativas acerca da menstruação. As mais conhecidas proibem mulheres de uma série

de coisas, enquanto menstruadas: fazer bolo, cortar o cabelo de alguém, subir em árvores. Todas sob justificativa de que a menstruação vai corromper definitivamente, inutilizar o objeto com que se lida, isto é: o bolo vai desandar, o cabelo não vai crescer mais, as árvores vão secar. Essas crenças são resquícios de um pensamento mais amplo, fundamentado na demonização da menstruação: por muito tempo se considerou a menstruação maldita — e não menos amaldiçoada aquela que se encontrava em período menstrual. Beauvoir pontua: “[...] é principalmente impressionante que a ação do sangue menstrual esteja ligada a ideias de creme que azeda, de maionese que não se faz consistente, de fermentação, de decomposição; diz-se também que é capaz de provocar a quebra de objetos frágeis, de rebentar as cordas dos violinos e das harpas [...]” (BEAUVOIR, 2009, p. 220-221).

Diante do que já representa fisiologicamente o período menstrual — dores, inchaços, e o próprio fato de ter sangue saindo de si —, a demonização desse sangue vem colaborar ativamente com o início de uma primeira relação de estranhamento e recusa entre meninas e seus corpos:

[...] há crianças que choram durante horas quando vêm a saber que estão condenadas a um tal destino; o que agrava ainda mais sua revolta é o fato de ser essa tara vergonhosa conhecida dos próprios homens; desejariam pelo menos que a humilhante condição feminina permanecesse velada de mistério para eles. Mas não, pais, irmãos, primos sabem-no e chegam até a zombar. É então que nasce ou se exaspera na menina a repugnância por seu corpo demasiado carnal. E passada a primeira surpresa, o aborrecimento mensal não se dissipa contudo: cada vez a moça sente o mesmo nojo ante o odor insosso e umidamente abafado que sobe de si própria — cheiro de pântano, de violetas murchas — ante esse sangue menos vermelho, mais suspeito do que o que flui de seus machucados infantis. Dia e noite terá de pensar em mudar de roupa, cuidar de seus lençóis, resolver mil pequenos problemas práticos e repugnantes [...] (BEAUVOIR, 2009, p. 413).

Com isso, duas práticas se difundem: o completo confinamento da mulher menstruada e a necessidade de esconder o sangue menstrual. Esse último ainda é bastante presente em nossas vidas, traduzido num jeito todo especial de jogar o absorvente no lixo ou na regra de não usar roupas brancas durante o período menstrual, válida para grande parte das mulheres. Muitas eram as formas de isolar a mulher menstruada, isso variava a depender da época e dos costumes da sociedade em questão, mas figuram-se entre elas a proibição de contato, inclusive e principalmente sexual e a acusação e culpabilização da mulher menstruada, sob alegação de contaminação de pastos, alimentos, colheitas, pessoas e objetos. De acordo com Beauvoir, até mesmo nas sociedades “primitivas” do Egito, onde a menstruação era motivo de reverências distintas, as mulheres eram isoladas nesse período:

Muitas vezes expunham-na no telhado de uma casa, relegavam-na numa cabana fora da aldeia, não se devia vê-la nem tocá-la: mais ainda, ela própria não se devia tocar com a mão. [...] Ela não deve tocar os alimentos com os dedos. Por vezes, é radicalmente proibido que ela coma; em outros casos a mãe e a irmã são autorizadas a alimentá-la por intermédio de um instrumento. Mas todos os objetos que entram em contato com ela durante esse período devem ser queimados (BEAUVOIR, 2009, p. 217).

A prática de esconder o sangue menstrual, por sua vez, já era cultuada entre os chagas, na Tanzânia, através da qual se pode observar a atribuição de poderes sobrenaturais malignos ao fluido menstrual:

Não o mostres à tua mãe, ela morreria! Não o mostres às tuas companheiras, pode haver uma maldosa que se aposse do pano com que te enxugaste e teu casamento seria estéril. Não o mostre à uma mulher má que pegará o pano e botará em cima de sua cabana... e não poderá mais ter filhos. Não joguem o pano no atalho nem no mato. Uma pessoa ruim pode fazer coisas feias com ele. Enterra-o no chão. Dissimula o sangue aos olhos de teu pai, de teus irmãos e de tuas irmãs. Deixá-lo ver é um pecado (RAUM apud LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 59-60).

Grande parte da responsabilidade pela disseminação do pensamento que associa menstruação a impureza e maldição pode ser dada ao cristianismo que, com seus infundáveis mitos, acaba por legitimar e naturalizar a existência da mulher como o Outro.<sup>9</sup> Ora, para o pensamento cristão, corpo e espírito são coisas não apenas separadas como completamente distintas: o espírito pertence ao divino; a carne, ao profano. Diante disso, prega-se a ideia de que o fim do sexo deve ser a procriação, o que já desencadeia pelo menos dois problemas: i) a garantia do prazer masculino sobre o feminino e ii) a ideia de que a mulher deve ser submissa ao homem. Unindo-se a isso, o principal mito cristão — o mito de Adão e Eva — vem trazer a imagem da mulher como símbolo de tentação e sedução, o que passa a ser uma constante no pensamento cristão. A mulher, nesse sentido, não passa de um objeto que possui um sistema reprodutivo, servindo apenas para procriar e dar aos homens seus herdeiros; simboliza o pecado por excelência, uma vez que ela é capaz de persuadir até o mais fiel dos homens a transcender os limites do divino e encontrar na realidade mundana a malevolência. Vejamos, acerca da menstruação, o que diz o Levítico: “A mulher que tiver um fluxo de sangue em sua carne

---

<sup>9</sup> Nesse sentido, *O conto da aia*, livro publicado em 1985 pela escritora canadense Margaret Atwood, faz uma profunda e inteligente crítica ao pensamento cristão no que diz respeito a sua interação com a vida das mulheres. Ela cria, nesse romance, a República de Gileade: um Estado teocrático e totalitário que se forma nos Estados Unidos, após uma catástrofe nuclear tornar estéril grande parte da população, em que as mulheres são propriedade do governo, cada uma com uma função muito específica de subserviência ao Estado. A obra foca na categoria das aias, grupo ao qual pertence Offred, a personagem principal. Às aias cabe a função de procriar para homens casados do alto escalão do exército; elas são entregues, como propriedades, às famílias cujas esposas não podem ter filhos e são mensalmente estupradas, até engravidarem. Uma vez grávidas, amamentam por um tempo e seguem seu destino biológico: são entregues a novas famílias, e o ciclo se repetirá tantas vezes quanto seja possível.



permanecerá sete dias na impureza. Quem a tocar será impuro até a noite. Todo leito em que dormir... todo objeto sobre o qual se sentar será impuro. Quem tocar em seu leito lavará as roupas e a si próprio com água e será impuro até a noite” (apud BEAUVOIR, 2009, p. 217).

É evidente, portanto, que alimentar um imaginário negativo acerca do sangue menstrual durante séculos nos distancia do nosso corpo enquanto instrumento político, fazendo com que mantenhamos uma relação de profunda alienação para com ele, porque, ora, uma vez que fomos ensinadas a odiá-lo, como podemos vê-lo como aliado? Bem, não é somente o sangue menstrual, no contexto do corpo feminino, que adquire esse teor horrendo; a vagina, assunto da próxima seção, também vem sendo profundamente abominada, ao longo dos séculos: “[...] desde o advento do patriarcado só se atribuíram poderes nefastos ao estranho licor que escorre do sexo feminino [...] e isso menos por ser sangue do que por emanar dos órgãos genitais” (BEAUVOIR, 2009, p. 218-221).

### **O ódio à vagina**

A história da ginecologia moderna não é somente frustrante, mas absolutamente indignante: um homem que se intitulava médico, interessado na manutenção da escravização, em pleno século XIX, nos Estados Unidos, se apossou de algumas mulheres negras escravizadas e passou a fazer nelas, sistematicamente, cirurgias experimentais sem qualquer anestesia, com a intenção de chegar à cura para o problema que fazia decair a produção dos escravocratas, a fístula vesico-vaginal. Esse problema era desenvolvido nas mulheres escravizadas a partir de uma péssima condição em seus partos, tanto psicológica quanto higiênica, já que elas eram, no mínimo, obrigadas a parir acorrentadas e a voltar ao trabalho praticamente imediatamente após o parto. No momento em que isso começou a acometer muitas escravizadas e, portanto, afetar a produção, foi necessário aproximar-se da vagina, região até então obscura e misteriosa, para resolver os problemas financeiros de uma sociedade patriarcal. Esse suposto médico que, em realidade, foi um misógino e truculento abusador, até hoje é reconhecido como pai da ginecologia, inclusive nas escolas de medicina e nos materiais didáticos que vão formar futuros médicos.<sup>10</sup> As cobaias humanas, dentre as quais estavam as três sobre as quais mais se soube,

---

<sup>10</sup> Ainda hoje, em pleno século 21, a grande maioria das mulheres gestantes que se submetem à realização de seus partos via planos de saúde ou via nosso Sistema Único de Saúde (SUS), isto é, aquelas que não conseguem pagar pelo chamado “parto humanizado”, têm seus corpos manifestadamente violentados pela classe médica. O índice, no Brasil, de violência obstétrica é altíssimo, o que resulta na criação de documentários que abordam o tema, como *Violência obstétrica: a voz das brasileiras* (Bianca Zorzam, Lígia Moreiras Sena, Ana Carolina Franzon e Kalu Brum, 2012) e *O renascimento do parto* (Eduardo Chauvet, 2013). As mulheres em questão são, muitas vezes, induzidas a um parto cesáreo que não se justifica a partir de suas condições fisiológicas específicas, mas em função

Anarcha, Lucy e Betsy, evidentemente não possuem qualquer relevância para essas mesmas instituições. Bem, o espéculo era então um instrumento de tortura, e desde então nossos corpos servem ao Estado<sup>11</sup>, aos homens e à classe médica, mas nunca a nós mesmas. Por muito tempo (é recente nossa reapropriação) eles tiveram livre acesso ao nosso corpo enquanto nós mesmas não o tínhamos. Beauvoir expõe que:

A partir da Idade Média, o fato de ter a mulher um corpo foi considerado uma ignomínia. A própria ciência andou muito tempo paralisada por essa repugnância. Lineu, em seu tratado da Natureza, deixa de lado, como "abominável", o estudo dos órgãos genitais da mulher. O médico francês Des Laurens pergunta escandalizado como "esse animal divino cheio de razão e juízo que chamam homem pôde ser atraído por essas partes obscenas da mulher, maculadas de humores e situadas vergonhosamente na parte mais baixa do tronco". [...] É frequente em toda a literatura mostrar um jovem transtornar-se até o vômito depois do primeiro coito; e, se em verdade tal reação é muito rara, não é por acaso que tão frequentemente seja ela descrita.

---

do tempo que o médico obstetra quer gastar com cada parto. Além disso, é muito recorrente a episiotomia forçada, que diz respeito a uma incisão que é feita entre o ânus e a vagina para ampliar o canal de parto, sem o consentimento da parturiente; a episiotomia tem seu uso justificado em alguns poucos casos, mas é uma prática comum a de os médicos forjarem as condições necessárias para a sua realização, privando as mulheres da autonomia em relação aos seus corpos — e privando-as, inclusive, do direito à informação do que é feito com eles. Em *O renascimento do parto*, a antropóloga Robbie David-Floyd afirma, sobre o parto comum, aos 00:09:39: “[...] o corpo é visto como uma máquina. A mente e o corpo são tratados separadamente. O corpo é tratado como um objeto. Então, você diz: ‘a cesariana do quarto 112’. Tudo se resume a intervenções agressivas com ênfase em resultados imediatos”. Essas intervenções são muitas vezes abusivas e realizadas sem o menor cuidado ou respeito, como vem a ser o caso das episiotomias já mencionadas. Sobre isso, *Violência obstétrica: a voz das brasileiras* conta com depoimentos de mulheres que sofreram com os mais diversos tipos de violência obstétrica. Thielly Manias desabafa, aos 00:08:48: “o pior pra mim foi a episiotomia que foi feita sem consentimento, sem nem avisar, e me causou durante bons meses desconforto físicos [...] e psicológicos. [...] Quando muda o tempo, até hoje eu sinto pinicar onde eu levei os pontos. Me afetou bastante, essa episiotomia. Eu me senti violada, violentada. Eu falo que quando eu leio algum relato de violência sexual, como a vítima se sente depois, eu consigo traçar um paralelo. Porque a forma como isso afetou minha sexualidade e a forma como eu lidava com meu próprio corpo foi bastante forte”. Ana Paula Garcia, outra das muitas vítimas da violência obstétrica no Brasil, também relata: “Quando o médico chegou [...], ele já foi pedindo o bisturi, não me cumprimentou nem nada, nem avaliou o bebê... Eu fui e falei: ‘Pra que bisturi? Eu não quero episiotomia. Eu já sei que isso não é necessário no meu caso. Eu sei que não precisa, é uma escolha’. E ele: ‘Não, não podemos discutir isso agora’ e já foi fazendo a incisão na minha vagina. E eu não sabia se chorava, se respirava... Eu não sabia o que fazer.” E continua, aos 00:18:20, evidenciando a objetificação à que são submetidos os corpos nesse contexto: [depois do parto] saiu todo mundo e eu fiquei na sala, sozinha de perna amarrada, como se eu fosse um subproduto. Levaram minha filha sem nenhuma explicação [...] e me deixaram lá”. As manifestações de violência não acabam na indução ao parto cesáreo desnecessário e na episiotomia forçada, no entanto; vão desde a piadas e maus tratos na sala de parto ao uso indiscriminado de ocitocina sintética nas parturientes. Há, contudo, um movimento contemporâneo que vai no sentido reverso: são as mulheres tentando se reapropriar dos seus corpos na hora do parto, parindo em suas casas, no seu tempo, acompanhadas por doulas e respeitando sua fisiologia. O chamado *parto humanizado*, no entanto, ainda é, infelizmente, uma realidade para poucas.

<sup>11</sup> A questão do aborto ao redor do mundo é um bom exemplo de como os corpos femininos ainda são controlados pelo Estado e suas instituições patriarcais. O direito que toda mulher deveria ter de decidir se vai ou não gerar uma criança em seu ventre ainda é tido como crime no Brasil, no México, em Honduras, Nicarágua, Venezuela, Suriname, Panamá, República Dominicana, Chile, Paraguai, Irlanda, Mauritânia, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Nigéria, Líbia, Egito, Sudão, Sudão do Sul, República Centro-Africana, República do Congo, Uganda, Tanzânia, Angola, Gabão, Maláui, Madagascar, Somália, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Síria, Iraque, Irã, Afeganistão, Sri Lanka, Butão, Bangladesh, Birmânia, Laos, Filipinas, Indonésia e Papua-Nova Guiné (cf. em <http://www.esquerdadidiario.com.br/Aborto-legal-x-aborto-ilegal-a-realidade-pelo-mundo-afora>).

Michel Leiris escreve em *L'Age d'homme*: "Tenho comumente tendência para encarar o órgão feminino como uma coisa suja ou como uma ferida, nem por isso menos atraente, mas perigosa em si, como tudo o que é sangrento, mucoso, contaminado" (BEAUVOIR, 2009, p. 242-243).

Diante desse contexto de profundo ódio à genitália feminina, as garotas não recebem o estímulo de conhecer o seu corpo e de saber como funciona sua vagina, pelo contrário. Isso também faz com que o clitóris, parte da vagina que é voltada apenas para o prazer feminino, seja um desconhecido de nós mesmas. No documentário *Clitóris: um prazer proibido*, de 2003, fica bastante evidente o fato de que todo o imaginário acerca da vagina parte de estudos práticos muito pouco interessados, por isso, é um imaginário que não corresponde à realidade, todo baseado numa série de preconceitos e na falta de interesse acerca do corpo feminino. A médica francesa Helen O'Connell, primeira a estudar a anatomia do clitóris através dos meios da medicina moderna, é categórica: "Uma ciência básica como é a anatomia e não está bem documentada. A maioria das descrições dos livros é inadequada ou, na verdade, errada. Se as ferramentas básicas de aprendizado estão erradas, então é provável que várias coisas que se baseiam nelas estejam erradas também" (DOMINICI, VARIETY E FIRMIN, 2003, aos 00:04:30). Enquanto não havia nos grandes livros de anatomia, pelo menos até os anos 1980, qualquer descrição sobre o que era o clitóris, de fato, havia seções inteiras destinadas apenas ao mecanismo de ereção do pênis. É claro: estudar o clitóris vai de encontro ao que se considera a finalidade biológica feminina, que é a reprodução.

Durante algum tempo se acreditou que o prazer feminino fosse necessário à reprodução, porque se acreditava que o clitóris produzia uma secreção semelhante ao esperma, fundamental para que houvesse gravidez. Desde que isso foi desmistificado, no século XIX, e ficou claro que o clitóris não interferia na reprodução, ele foi relegado ao completo esquecimento, e se antes já não era lá tão estudado ou conhecido, agora é que seria muito menos.

A mulher é então ensinada, a um só tempo, a não ter contato com o próprio corpo, ter vergonha dele e recusá-lo. Enquanto a instituição religiosa cristã, de um lado, faz sua parte, classificando negativamente a mulher que tem domínio sobre o seu próprio corpo, a ciência complementa esse desconhecimento, destinando o corpo feminino ao mais baixo nível de importância e omitindo completamente a necessidade de se entender e falar sobre ele. A ciência, aliás, tem um papel tão significativo nessa questão, que no século passado era extremamente comum a clitoridectomia, a prática cruel de retirar o clitóris parcial ou completamente, por

atribuir a ele a culpa de mulheres, supostamente, se apresentarem mais nervosas do que deveriam.<sup>12</sup>

Convém mencionar que o cultuadíssimo neurologista Sigmund Freud contribuiu bastante com a ideia misógina de que o clitóris não passa, na verdade, de um pênis incompleto, através da sua teoria absurda de que o orgasmo clitoriano era imaturo, devendo uma mulher madura, seja lá o que isso signifique, transferir sua fonte de prazer à vagina propriamente dita, ao orgasmo vaginal. No entanto, quase todo o prazer feminino se deve ao clitóris, é nele que se concentra a satisfação sexual feminina, sendo apenas uma pequena minoria a de mulheres capazes de ter o orgasmo vaginal. Cerca de 70% da população feminina, para o doutor Freud, deveria estar equivocada e ter seu prazer classificado como imaturo, para que fosse enfim reconhecido que uma mulher só era madura o suficiente quando sentia prazer no que dava prazer ao homem. Se estamos falando de um órgão extremamente mais sensível do que o pênis, com mais de oito mil terminações nervosas — contra um máximo de seis mil do pênis — em apenas oito centímetros de extensão... nossa vagina não deveria ter sido sempre tão violentamente reprimida, enquanto o pênis, ao contrário, foi exaltado durante todo esse tempo. É bastante sugestivo que Freud e outros escritores homens quisessem notabilizar o contrário. Foi precisamente na tentativa de observar elementos que ajudem a compreender o porquê dessa discrepância que fizemos neste primeiro capítulo essa breve contextualização, de forma que houve aqui a intenção de apresentar uma estrutura social organizada a partir da necessidade de a casta<sup>13</sup> feminina estar sempre a serviço do interesse masculino — e espero que tenha ficado nítido como essa subserviência é assegurada através dos diferentes tipos de controle do corpo da mulher.

### 3 O CORPO FEMININO NAS OBRAS ANALISADAS

O prefácio de *A via crucis do corpo* se chama *Explicação*. Nada muito inesperado: uma mulher, no início da década de 1970, no Brasil, desculpando-se, ainda que sob um falso véu de descaso e despreocupação, por adentrar de cara limpa — isto é, sem pseudônimo — o universo

---

<sup>12</sup> Ainda hoje a clitoridectomia existe em diversas partes do mundo, sob alegação principal da necessidade de extirpar o desejo sexual nas mulheres por algum motivo que quase sempre vai servir ao interesse masculino.

<sup>13</sup> Aqui e ao longo de todo este trabalho, preferi o termo *casta* ao termo *classe*, por enxergar neste último a existência de uma alusão à possibilidade de mobilidade. Em se tratando de classes sociais, seu uso é legítimo; pode-se enriquecer ou empobrecer ao longo de uma vida. No que se refere às condições de homem e mulher, no entanto, não são intercambiáveis entre si, nem há nada que possa categorizar quão homem ou quão mulher é um indivíduo.

tão pouco familiar às próprias mulheres que é o do corpo feminino. Clarice relata: Álvaro Pacheco, seu editor na Artenova, lhe havia encomendado três histórias reais. De início, ela relata: “respondi-lhe que não sabia fazer história de encomenda”; mas, quando vai ao “fundo de si” buscar eventos que de fato tivessem eco na realidade, é o corpo feminino que vem à tona. Clarice pede perdão por isso: “se há indecências nas histórias a culpa não é minha” (LISPECTOR, 1988, p. 11). E continua:

Hoje é dia 12 de maio, Dia das Mães. Não fazia sentido escrever nesse dia histórias que eu não queria que meus filhos lessem porque eu teria *vergonha* (grifo meu). Então eu disse ao editor: só publico sob pseudônimo. Até já tinha escolhido um nome bastante simpático: Cláudio Lemos. Mas ele não aceitou. Disse que eu devia ter liberdade de escrever o que quisesse. Sucumbi. Que podia fazer, senão ser a vítima de mim mesma? Só peço a Deus que ninguém me encomende mais nada. Porque, ao que parece, sou capaz de revoltadamente obedecer, eu a inliberta [sic] (LISPECTOR, 1988, p. 11-12).

Apesar da ironia tão característica de sua escrita, não se pode deixar de observar que é necessário que um homem venha a reclamar a liberdade que deveria pertencer a ela e, de certa forma, dar seu crivo de homem editor para que Clarice se sinta — algo — capaz de tratar de determinadas questões publicamente. Então, segue se justificando:

Uma pessoa leu meus contos e disse que aquilo não era literatura, era lixo. Concordo. Mas há hora para tudo. Há também a hora do lixo. Este livro é um pouco triste porque eu descobri, como criança boba, que este é um mundo cão (LISPECTOR, 1988, p. 12).

É talvez bastante relacionada a essa sua última frase a ideia do título: a via crucis do corpo. Clarice não escondia sua religiosidade, que fica evidente inclusive ao longo de sua vasta obra, e aqui traz explicitamente a relação entre o caminho percorrido por Jesus Cristo carregando a cruz e as agruras a que são submetidas as mulheres. Nas treze histórias que compõem o livro, ela aborda uma série de questões que habitam o universo feminino e a opressão a ele imposta: estupro, desconhecimento acerca do próprio corpo, exploração sexual e até mesmo a velhice enquanto condição vedada às mulheres. Bem, Clarice era uma mulher branca e heterossexual que defendia abertamente, a certa altura de sua vida, a manutenção de determinados rituais de submissão feminina ao macho, o que fica especialmente claro nas obras *Correio feminino* e *Só para mulheres*.<sup>14</sup> Mas, como toda mulher, estava completamente exposta

---

<sup>14</sup> Em *Só para mulheres*, por exemplo, livro publicado em 2008 que reúne textos escritos por Clarice nas décadas de 1950 e 1960 para os jornais *Comício*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*, encontra-se: “Ser uma boa esposa não é apenas, como julgam muitas mulheres, ser honesta, econômica e trabalhadora. É muito comum encontrarmos esposas traídas e abandonadas queixarem-se: ‘Eu sempre fui para ele ótima esposa!’. Não devem ter sido. Boa esposa é aquela que torna a vida do lar agradável para o marido, fazendo de sua companhia um refúgio para sua

à misoginia<sup>15</sup>, e é justamente isso — aliado ao fato de que Clarice era uma autora bastante misteriosa, no sentido de que recorria a ironias como discurso e dava o mínimo de entrevistas possível — que nos traz a necessidade de não fechar diagnósticos, isto é, não culpabilizar ou demonizar Clarice Lispector em função do que ela disse ou supostamente quis dizer. Além disso, culpabilizar mulheres por reproduzirem discursos misóginos não é apenas contraproducente à libertação da casta como um todo, mas um sintoma evidente da dominação patriarcal. Essa prática termina por inculpar as vítimas de um sistema perverso, do qual estas não obtêm nenhum benefício, ao passo que invisibiliza a responsabilidade de quem é de fato culpado, aqueles que detêm o poder social e político em uma sociedade heteropatriarcal.<sup>16</sup> Daí a ideia — felizmente muito em voga, atualmente — de que mulheres não devem ser consideradas machistas ou misóginas, mas reprodutoras desses discursos. Isso se justifica sob o fato de que as vítimas de misoginia, que são as mulheres, não saem, em hipótese alguma, beneficiadas do sistema que mantém o discurso misógeno, logo, não podem ser equiparadas nesse sentido àqueles que se beneficiam, que são os homens. É inclusive impossível precisar, e

---

vida de lutas. Se ele chega exausto do trabalho, a boa esposa não lhe azucrinar os ouvidos com queixas, fuxicos ou insistentes convites para cinema, festas ou reuniões de que ele não gosta. Sua casa está sempre limpa e em ordem, mas não exageradamente ao ponto de ele não poder fumar um cigarro em paz, não poder esticar-se para ler o seu jornal sossegado” (LISPECTOR, 2008, p. 44).

<sup>15</sup> Em *Clarice*, — a biografia mais conhecida da autora, publicada pela Cosac Naify em 2013 —, Benjamin Moser traz dois fatos relevantes acerca disso. Primeiro, o provável estupro que Mania Lispector, mãe de Clarice, sofreu na década de 1920, pelos soldados russos: “Bem no fim da vida, Clarice confidenciou à amiga mais íntima que sua mãe fora violentada por um bando de soldados russos. Deles, ela contraiu sífilis, que nas pavorosas condições da guerra civil ficou sem tratamento” (MOSER, 2013, p. 34). Apesar de Moser dizer, em nota, que não existem fontes que confirmem esse estupro, infelizmente é possível acreditar sem ressalvas que, sim, ele aconteceu, devido aos fatos de que i) o estupro em si funciona como uma legitimação de dominação não só de uma casta (homens) perante outra (mulheres), mas também de uma etnia (homens russos) perante outra (mulheres judias) e de que ii) a história é sempre contada a partir da perspectiva de quem detém o poder, de maneira que mulheres até hoje lutam para terem ouvidas suas vozes. Depois, o autor pontua que a própria Clarice sofreu uma tentativa de estupro, em 1962, pelo ex-presidente de extrema direita Jânio Quadros, quando ela recebia um prêmio por seu romance *A maçã no escuro*: “Depois de proferir um interminável discurso na encantadora casa da sra. Barbosa, Sua Excelência [Jânio] convidou Clarice a um quarto privado, onde se pôs a apalpá-la com *tanto ardor* [grifo meu] que, na luta para afastá-lo, ela rasgou o vestido. Ofegante, Clarice saiu correndo do quarto e disse a Maria Bonomi que precisavam ir embora imediatamente, jogando o xale da amiga nos ombros, para cobrir o vestido rasgado” (MOSER, 2013, p. 244). Sou obrigada a chamar atenção para a maneira como Benjamin Moser, enquanto homem, trata a tentativa de estupro sofrida por Clarice; em lugar de *violência* ou palavra que a denote, usa o termo *ardor*, como se Clarice não tivesse tido seu corpo invadido, mas apenas sido cortejada pelo ex-presidente. E, adiante, ele continua, num tom que confere muito menos gravidade ao fato do que aquela que este merece, chegando a naturalizá-lo: “Jânio Quadros não era o único homem interessado em Clarice. ‘Todos nós queríamos trepar com ela!’, exclamou o irrefreável Nahum Sirotzky, seu editor na Senhor. ‘Ela era muito, muito sexy. Mas era também inacessível’” (MOSER, 2013, p. 244). Note-se que, em um mundo feito por e para homens, até um grave assédio pode ser travestido de simples *interesse* — que, claro, só existe devido ao fato de que a vítima é “muito, muito sexy”.

<sup>16</sup> Entende-se aqui o *heteropatriarcado* como um sistema sociopolítico no qual não apenas os homens têm domínio sobre as mulheres, mas em que, também, a heterossexualidade tem superioridade absoluta diante de outras orientações sexuais.

tampouco é minha pretensão, a posição pessoal e política de Clarice acerca das violências — escancaradas ou sutis — que ela mesma narra n’*A via crucis*, sobretudo em relação à prostituição, que é o que veremos aqui com mais afinco e cujas opiniões sobre são tão mais divergentes que em relação ao estupro, mas não se pode ignorar que, pensadas como críticas ou não, as questões aqui por ela levantadas são extremamente relevantes, ainda que apenas para fazer pensar uma classe brasileira intelectual que se encontrava em plena conturbação característica da ditadura civil e militar brasileira.

### **A prostituição e a falsa liberdade sexual**

Os dois contos que serão aqui analisados, *Miss Algrave* e *A língua do “P”*, têm suas semelhanças. A principal delas é o fato de suas protagonistas serem mulheres adultas completamente desconhecedoras dos seus próprios corpos e romperem, de alguma forma, com essa incompreensão, a partir de algo que acontece em suas vidas. O nível de desconhecimento de Ruth Algrave, personagem de *Miss Algrave*, acerca do seu próprio corpo, seguramente maior do que o de Cidinha (personagem de *A língua do “P”*), assusta: “tomava banho só uma vez por semana, no sábado. Para não ver o seu corpo nu, não tirava nem as calcinhas nem o sutiã.” (LISPECTOR, 1988, p. 14). Ruth é religiosa e, tal qual Clarice no prefácio, muito apegada à classificação de determinadas coisas como indecentes ou pecado: não tinha televisão para não assistir a imoralidades, não comia carne porque lhe parecia pecado, considerava imoral o barulho que os pombos faziam, se sentia desconfortável diante de casais se beijando e “lamentava muito ter nascido da incontinência de seu pai e de sua mãe” (LISPECTOR, 1998, p. 16). Quanto a Cidinha, ainda que em um nível mais razoável, também “mal se conhecia. Aliás nunca se conhecera por dentro.” (LISPECTOR, 1988, p. 68). Mas cada uma tem o seu processo de descobrimento; enquanto Ruth Algrave, através da masturbação, ganha o conhecimento de seu próprio corpo e, com isso, passa a oferecer aos homens livre acesso a ele, Cidinha é presa por se fingir de prostituta ao tentar se livrar de um estupro. Ambos os contos trazem a questão da prostituição, e analisá-la enquanto associada à ideia de libertação sexual é o que faremos a seguir.

Em meio a uma vida extremamente pudica, Ruth, em *Miss Algrave*, recebe a visita sexual de um extraterrestre, numa determinada noite:

Estava assim deitada na cama com a sua solidão. O embora.  
 Foi então que aconteceu.  
 Sentiu que pela janela entrava uma coisa que não era um pombo. Teve medo.  
 Falou bem alto:  
 — Quem é?  
 E a resposta veio em forma de vento:  
 — Eu sou um eu.  
 — Quem é você? perguntou trêmula. [sic]  
 — Vim de Saturno para amar você.  
 — Mas eu não estou vendo ninguém! gritou. [sic]  
 — O que importa é que você está me sentindo.  
 E sentia-o mesmo. Teve um *frisson* eletrônico.  
 — Como é que você se chama? perguntou com medo. [sic]  
 — Pouco importa.  
 — Mas quero chamar seu nome!  
 — Chame-me de Ixtlan.  
 Eles se entendiam em sânscrito. Seu contato era frio como o de uma lagartixa, dava-lhe calafrios. Ixtlan tinha sobre a cabeça uma coroa de cobras entrelaçadas, mansas pelo terror de poder morrer. O manto que cobria o seu corpo era da mais sofrida cor roxa, era ouro mau e púrpura coagulada.  
 Ele disse:  
 — Tire a roupa.  
 Ela tirou a camisola. A lua estava enorme dentro do quarto. Ixtlan era branco e pequeno. Deitou-se ao seu lado na cama de ferro. E passou a mão pelos seus seios. Rosas negras.  
 Ela nunca tinha sentido o que sentiu. Era como se um aleijado jogasse no ar o seu cajado (LISPECTOR, 1998, p. 16-17).

Após esse evento, ela passa a conhecer seu corpo<sup>17</sup> e, quase como uma consequência, a prostituir-se: “Na segunda-feira de manhã resolveu-se: não ia mais trabalhar como datilógrafa, tinha outros *dons* [grifo meu]. Mr. Clairson [o patrão] que se danasse. Ia era ficar mesmo nas ruas e levar homens para o quarto. Como era boa de cama, pagar-lhe-iam muito bem” (LISPECTOR, 1988, p. 20). Existem aqui três problemas principais, que residem nos fatos de i) o ato de prostituir-se ser considerado sinônimo de libertação sexual (ainda que a intenção possa vir a ser a de criticar este fato); ii) a banalização e a profissionalização da prostituição e iii) o fato de uma mulher oferecer livre acesso ao seu corpo em troca de dinheiro ser visto como um dom, uma habilidade — positivos, inclusive. Sobre isso, pode-se dizer que o primeiro item,

<sup>17</sup> É importante observar a necessidade da intervenção de uma figura masculina, ainda que metafórica, para que a mulher venha a descobrir seu próprio corpo. Além da imagem de Ixtlan, um homem vindo de Saturno, como uma possível metáfora à masturbação, no próprio diálogo entre ele e Ruth essa intervenção fica clara: “— Mas vou morrer de saudade de você! Como é que eu faço? — Use-se.” (LISPECTOR, 1988, p. 18). A figura masculina dá a autorização, que na verdade é quase uma ordem, para que a mulher acesse o seu próprio corpo. Ao longo desse conto, essa espécie de heterocentrismo é bastante presente. Veja-se, por exemplo, a problemática de associar o ser mulher à sensação de ser possuída por um homem, que fica evidente na seguinte passagem, que se dá logo após a noite de amor de Ruth e Ixtlan: “Depois foi ao Hyde Park e deitou na grama quente, abriu um pouco as pernas para o sol entrar. Ser mulher era uma coisa soberba. Só quem era mulher sabia” (LISPECTOR, 1988, p. 19).



a confusão de exploração com libertação sexual, leva ao segundo, isto é, à banalização e à profissionalização da prostituição, de maneira que o terceiro e último, a ideia de que a vítima possui determinado *dom sexual*, vem acoplado a esse pacote, tendo em vista a existência de um imaginário geral acerca da prostituição todo calcado na supremacia masculina, há muitos séculos, no mundo.

Por que se prostituir não pode ser símbolo de libertação sexual e por que a prostituição não pode ser considerada um trabalho como outro qualquer? Para responder a essas perguntas, é preciso que se entenda, antes de tudo, como o discurso do liberalismo sexual explora mulheres ao mesmo tempo em que dissemina a falsa ideia de que gostar de ser explorada é ser, na verdade, livre. A feminista radical Janice G. Raymond, em seu artigo *Liberalismo sexual e reprodutivo*<sup>18</sup>, atenta para o fato de que o liberalismo dentro do movimento feminista instituiu a falácia de que, quando feministas antipornografia e antiprostituição dizem que as escolhas das mulheres são moldadas e construídas com base num modelo patriarcal e dentro de um contexto em que existem grandes diferenças de poder entre homens e mulheres, estão dizendo que as mulheres são passivas ou vítimas desamparadas desse sistema, o que, é claro, revolta muitas mulheres que não querem ser vistas como pessoas que não possuem opinião própria ou que são incapazes de tomar decisões responsáveis (RAYMOND, s/d, s/p). Mas o que se precisa compreender é que reconhecer que nossas escolhas são fruto de uma construção social misógina é um primeiro passo necessário rumo à liberdade de fazer escolhas conscientes, benéficas e de fato responsáveis. Nas palavras de Raymond,

Ela [a ênfase liberal] acomoda as mulheres em uma liberdade sexual e reprodutiva na qual a “liberdade” consiste em abrir mão da própria liberdade. [...] Que tipos de escolhas têm as mulheres quando subordinação, pobreza e trabalho degradante são as opções disponíveis “à maioria”? [...] Para parafrasear Marx e aplicar aqui suas palavras, as mulheres fazem suas próprias escolhas, mas elas frequentemente não a fazem como gostariam. Elas não fazem sob condições que elas criam, mas sob condições e constrangimentos que elas são frequentemente impotentes em mudar. Quando Marx proferiu esses pensamentos, ele foi aclamado pelo seu *insight* político. Quando feministas radicais dizem o mesmo, elas são culpadas por estarem sendo condescendentes com mulheres (RAYMOND, s/d, s/p).<sup>19</sup>

Diante desse contexto, a prostituição surge como a possibilidade de um livre exercício da sexualidade e passa a ser erroneamente compreendida como agência individual daquela

---

<sup>18</sup> Tradução minha.

<sup>19</sup> Tradução minha.

mulher que se prostitui. Ora, é imprescindível compreender a prostituição enquanto inserida num contexto de exploração e dominação de homens sobre mulheres, considerando inclusive as diferenças econômicas que existem entre ambas as castas para que cheguemos à já batida conclusão: o acesso dos homens ao corpo feminino é garantido e legitimado pela sociedade e pelo Estado, ou seja, é praticamente como se fosse um direito masculino esse de acessar nossos corpos (basta lembrarmos de quão recorrente é o fato de mulheres heterossexuais fingirem orgasmo com naturalidade para confirmarmos que a supremacia masculina constrói a sexualidade dos indivíduos centrada no seu próprio prazer e bem-estar). Sheila Jeffreys, em seu *Como as políticas do orgasmo sequestraram o movimento feminista*<sup>20</sup>, pontua:

Não existe um prazer sexual “natural” que pode ser liberado. Aquilo que provê sensações sexuais a homens ou mulheres é construído socialmente a partir da relação de poder entre eles. [...] O prazer sexual para mulheres é uma construção política também. A sexualidade feminina, bem como a masculina, foi forjada no modelo de dominação/submissão, como um artifício para satisfazer e servir à sexualidade construída nos homens e para eles. Enquanto garotos e homens foram encorajados a direcionar todos os seus sentimentos à objetificação do outro e são recompensados com o “prazer” pela dominação, mulheres aprenderam seus sentimentos sexuais em uma situação de subordinação. Garotas são treinadas através de abuso sexual, assédio sexual, e desde muito cedo com encontros sexuais com garotos e homens assumindo um papel sexual reativo e submisso. Nós aprendemos nossos sentimentos sexuais da mesma forma que aprendemos outras emoções, em famílias de dominação masculina e em situações nas quais nós não possuímos poder, cercadas de imagens de mulheres como objetos na publicidade e em filmes (JEFFREYS, s/d, s/p).<sup>21</sup>

Dentro de um sistema patriarcal, os homens controlam o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres. Na prostituição, esses três aspectos estão concatenados. O homem que paga é invisibilizado, enquanto para as mulheres exploradas não há liberdade: elas farão o que o consumidor de seus corpos exigirem, como “clientes”, isto é, estão completamente a serviço dos homens, porque seus próprios corpos são a mercadoria em questão. Eu pessoalmente gosto de perguntar àquelas pessoas que associam a prostituição à liberdade sexual se elas exerceriam sua livre sexualidade dessa forma. O que elas acham de serem colocadas na situação degradante de vender seus corpos a homens sedentos aos quais se deve obedecer piamente, sob pena de saírem ainda mais gravemente machucadas — ou até mortas. Se elas

---

<sup>20</sup> Tradução minha.

<sup>21</sup> Tradução minha.

consideram divertido ou excitante serem reduzidas a orifícios para a penetração e o gozo dos homens, destituídas de qualquer relevância enquanto pessoa.<sup>22</sup>

A prostituição precisa ser vista como o que ela é de fato, isto é, a banalização do estupro; o sexo da prostituição não pode ser visto como consensual, porque, bem, desde quando dinheiro compra consentimento? Que legislação seria capaz de garantir que durante todo o tempo que dure um sexo de prostituição, todos os dias, inúmeras vezes por dia, a mulher prostituída esteja cem por cento segura, à vontade e de acordo com a situação? Sobre essa questão da profissionalização, é extremamente válida a posição da professora da Universidade Federal de Brasília, Tânia Navarro Swain:

A prostituição transformada em profissão de fato legaliza a violência da apropriação material e simbólica do corpo das mulheres. [...] Por vários motivos, a prostituição não pode ser assimilada a um trabalho, a uma profissão: numa relação profissional ou mercantil, o que se vende é o trabalho ou o produto de trabalho. Na prostituição, o corpo das mulheres seria seu produto? Como ser força de trabalho e ao mesmo tempo seu produto? Isto é a renaturalização do sexo feminino, a sua transformação de ser humano em carne, cujo destino é a satisfação do desejo de outrem. [...] é a forma mais falaciosa de justificar o completo assujeitamento das mulheres a seu corpo sexuado, mergulhando-as na total imanência (SWAIN, 2004, p. 26-27).

A prostituição em *Miss Algrave* aparece, então, como uma maneira que Ruth encontra de descarregar seu desejo sexual durante toda uma vida reprimido. Uma vez autorizada por Ixtlan a usar seu próprio corpo — seja masturbando-se ou prostituindo-se —, Ruth deseja encontrar outros homens e, de início, hesita em vender o seu corpo; gostaria apenas de satisfazer seu desejo sexual. Mas o contrato de compra de corpos não falha:

Foi o seguinte: não aguentando mais, encaminhou-se para o Picadilly Circle e achegou-se a um homem cabeludo. Levou-o ao seu quarto. *Disse-lhe que não precisava pagar. Mas ele fez questão e antes de ir embora deixou na mesa de cabeceira uma libra inteira!* [grifo meu]. Bem que estava precisada de dinheiro. Ficou furiosa, porém, quando ele não quis acreditar na sua história. Mostrou-lhe, quase até o seu nariz, o lençol manchado de sangue. *Ele riu-se dela.* [grifo meu] [...] Aprendera que valia muito. Se Mr. Clairson, o sonso, quisesse que ela trabalhasse para ele, teria que ser de outro bom modo (LISPECTOR, 1998, p. 19-20).

---

<sup>22</sup> Diante da discussão de prostituição enquanto escolha, é imprescindível observar que o que leva a esmagadora maioria das mulheres à situação de prostituição é, na realidade, a *falta* de escolha. Esse grupo é majoritariamente composto por mulheres negras, enquanto é branca a esmagadora maioria que *escolhe* se prostituir. Essas últimas frequentemente se prostituem poucas vezes na semana e ganham por isso significativamente mais do que as primeiras, que são obrigadas a aceitar todo e qualquer tipo de violência extra para se manterem vivas.

Ao fim do conto, Ruth, já decidida a se prostituir, resolve que “quando chegasse a lua cheia — tomaria um banho purificador de todos os homens para estar pronta para o festim com Ixtlan” (LISPECTOR, 1998, p. 20) — o que, sem dúvida, vem corroborar com um imaginário em que o homem não apenas é proprietário do corpo feminino, mas seu único e fiel dono, não podendo ser contrariado ou ter sua posse contestada.

A forma como a prostituição aparece em *A língua do “P”*, em contrapartida, evidencia o assujeitamento das mulheres em situação de prostituição, expondo um fato importante, que é a total culpabilização de mulheres em detrimento da invisibilização dos homens agentes da violência. No conto em questão, Cidinha, uma professora de inglês, está dentro de um trem quando entende que está prestes a ser estuprada por dois homens que conversavam na língua do “P”, que Cidinha conhece e compreende. Eles comentam entre si que vão estuprá-la no próximo túnel e que, caso ela resista, eles podem matá-la. Num átimo de desespero — e também de sabedoria —, Cidinha decide comportar-se como acredita que uma mulher prostituída se comporta, a fim de livrar-se do estupro iminente:

Então pensou: se eu me fingir de prostituta, eles desistem, não gostam de vagabunda. Então levantou a saia, fez trejeitos sensuais — nem sabia que sabia fazê-los, tão desconhecida ela era de si mesma — abriu os botões do decote, deixou os seios à mostra. Os homens de súbito espantados (LISPECTOR, 1988, p. 69).

E funciona. Os homens começam a rir-se dela e desistem de estuprá-la.<sup>23</sup> Mas isso não faz com que o final de Cidinha seja feliz: ela vai presa, logo antes de ser desprezada por uma moça *bem-comportada* — que, ironicamente, é justamente quem será estuprada em seu lugar. A injustiça que lhe acomete poderia acometer a qualquer uma de nós: o bilheteiro denuncia Cidinha ao maquinista, que, por sua vez, a entrega à polícia, uma vez que ambos enxergam Cidinha como passível de punição, mas não em situação de vulnerabilidade, seja pelo quase estupro, seja pela suposta prostituição:

Apareceu o bilheteiro. Viu tudo. Não disse nada. Mas foi ao maquinista e contou. Este disse:  
— Vamos dar um jeito, vou entregar ela pra polícia na primeira estação. E a próxima estação veio.  
O maquinista desceu, falou com um soldado por nome de José Lindalvo. José Lindalvo não era de brincadeira. Subiu no vagão, viu Cidinha, agarrou-a com

---

<sup>23</sup> A próxima seção se dedica a observar essa questão a partir da existência de uma cultura do estupro, de maneira que procura desmistificar a ideia de que essa violência diz respeito ao desejo sexual masculino, mas, na realidade, a uma prática de dominação na qual está em jogo uma grande necessidade de oprimir, explorar, violentar, dominar e humilhar a vítima. Dessa forma, o fato de os estupradores desistirem de praticar a violência quando passa a existir uma espécie de “consentimento” é bastante significativo nesse sentido.

brutalidade pelo braço, segurou como pôde as três maletas, e ambos desceram. Os dois homens às gargalhadas. Na pequena estação pintada de azul e rosa estava uma jovem com uma maleta. Olhou para Cidinha com desprezo. Subiu no trem e este partiu. Cidinha não sabia como se explicar à polícia. A língua do “p” não tinha explicação. Foi levada ao xadrez e lá fichada. Chamaram-na dos piores nomes. E ficou na cela por três dias (LISPECTOR, 1998, p. 69).

Em países como Suécia, Noruega e França, as mulheres em situação de prostituição não sofrem qualquer punição, mas os “clientes”, sim, já que nesses lugares a prostituição é reconhecida como exploração sexual. No Brasil, entretanto, essa situação é invertida: o homem que consome o sexo prostituído é eximido de sua responsabilidade enquanto agente de exploração sexual e a mulher que se encontra em situação de exploração é punida, desrespeitada, demonizada e ridicularizada. Tanto o fato de Cidinha ser presa quanto o fato de ela ser desprezada por uma moça que a julga prostituta se fundem como bons exemplos nesse grande emaranhado que é o da demonização da prostituída *versus* invisibilização do agente violador. Ao passo que a vítima é indigna de respeito e sempre associada ao que há de mais fétido e desmoralizante, o homem agente, muitas vezes, inclusive, pai de família, está apenas exercendo seu papel de homem, não devendo ser punido ou sequer desrespeitado por isso. Diante desse assujeitamento impelido às mulheres em situação de prostituição, Swain expõe:

Não se explica a elas [meninas e mulheres em situação de prostituição] o que vão constatar: a perda de sua condição de sujeito, de ser humano, entre surras e pancadas, na total insegurança, sem falar nesta intimidade, nesta troca de fluidos corporais, de odores, texturas, hálitos, suores, a invasão e a desposseção de seus corpos por qualquer indivíduo de sexo masculino? Como se ousa dizer que alguém gosta de ser prostituta? (SWAIN, 2004, p. 26).

Acerca dessa questão, Beauvoir expõe um ponto de vista que vai também de acordo com esse assujeitamento: “[...] a mulher oprimida sexualmente e economicamente, submetida ao arbítrio da polícia, a uma humilhante vigilância médica, aos caprichos dos clientes, destinada aos micróbios e à doença, é realmente submetida ao nível de uma coisa” (BEAUVOIR, 2009, p. 334). Mas o mais importante, nesse sentido, é ouvir a mulher em situação de prostituição, portanto, transcrevo aqui a fala de Nanci Lacerda, uma mulher que esteve em situação de prostituição por mais de vinte anos, no documentário *Nosso corpo nos pertence?*, da Organização Feminista Sempre Viva. Nanci fazia uso de um sem-número de calmantes para enfrentar diariamente a situação de prostituição e, com isso, era frequentemente roubada pelos próprios “clientes”, chegando até mesmo a se prostituir novamente para homens que já lhe haviam agredido fisicamente, por não se recordar das fisionomias dos agressores. Ela diz: “Já

entrei dentro de carro [...], o cara me levou pra casa dele [...], me deu cem reais na hora, me levou pra casa dele... E quando chegou na casa dele, passou o primeiro portão, fechou, passou o segundo, uns cachorrão bem grandão, aí ele falou ‘ó, o pai trouxe comida pra vocês’. [...] A comida ia ser eu” [sic] (Sempreviva, 2014, aos 00:11:23).

Grande parte da produção acadêmica que versa sobre o corpo nesse livro de Clarice Lispector vão no sentido de entender os corpos das narrativas como transcendentais à tradição, isto é, corpos transgressores por excelência — o que corrobora com o entendimento da prostituição como libertação sexual. É o caso, por exemplo de *Todos passam pela via crucis: a corporeidade em Clarice Lispector*, de Fabio Scorsolini-Comin e Manoel Antônio dos Santos (2010): “Na coletânea, observa-se a afirmação de uma sexualidade transgressora, ou seja, que escapa aos padrões normativos instituídos e aceitos socialmente, tal como descrito por Derrida (2005). Nesse sentido, celebra-se o corpo desviante em relação à normatividade, visto como produtor de subjetividade.” Os autores continuam:

Entrecruzadas, essas histórias contestam a autoridade masculina, destruindo o arquivo machista que reprimiu, por séculos, a sexualidade das mulheres, instituindo um novo tipo de consignação, em que o gênero feminino buscaria encontrar sua voz própria e, por meio dela, apropriar-se de seu desejo a partir da posse plena de sua corporeidade (SCORSOLINI-COMIN e SANTOS, 2010, p. 625).

Ora, já vimos aqui a impossibilidade de a prostituição, que é um modo de explorar mulheres sexualmente, “destruir o arquivo machista que reprimiu, por séculos, a sexualidade das mulheres”, porque, bem, não há nada de transgressor em prostituir-se. Assim apresentam também Adelia Miglievich-Ribeiro e Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres, em *Cidinha, de professora a prostituta: performances no conto A língua do “P”, de Clarice Lispector*: “É desde um contexto que inibe a sexualidade feminina, que delimita padrões de comportamentos que Clarice Lispector age de modo subversivo, trazendo à tona os desejos, as carências e as experiências femininas invisibilizadas por trás do véu do pudor e tabu social” (RIBEIRO e PRAZERES, 2015, s/p). E continuam, apostando na mulher em situação de prostituição como um sujeito em pleno poder de sua sexualidade, verdadeiramente dona do seu próprio corpo: “Cidinha toma para si o protagonismo de sua sexualidade e do seu corpo, que foge ao estereótipo da disciplina [...]. A imagem da prostituta, apesar de presença comum em todas as cidades, é indesejada porque incômoda, a sexualidade não dissimulada, não reprimida gera constrangimentos e reprimendas [...]” (RIBEIRO e PRAZERES, 2015, s/p). Nesse sentido, esse

discurso majoritário vai de encontro à posição que aqui tomamos, uma vez que cai na armadilha de considerar o direito à não-liberdade como liberdade em si.

É sem dúvida marcante o fato de que, ao pensarem numa Cidinha prostituta, os homens desistem de estuprá-la, mudando completamente o destino da protagonista:

— Tápá dopoidapa.  
Está doida, queriam dizer.  
E ela a se requebrar que nem sambista de morro. Tirou da bolsa o batom e pintou-se exageradamente. E começou a cantarolar.  
Então os homens começaram a rir-se dela. Achavam graça na doideira de Cidinha. Esta desesperada. E o túnel? (LISPECTOR, 1998, p. 69).

Diferentemente de como enxergam Ribeiro e Prazeres, acredito que essa passagem deve ser observada de outra forma; não se pode ignorar que o estupro diz respeito a uma prática sexual que, na realidade, está a serviço de questões não sexuais, isto é, considerando-se que se trata do uso da sexualidade masculina como meio para expressar e garantir poder, controle e domínio sobre a mulher, de maneira que um suposto consentimento da vítima — já que é assim que uma mulher em situação de prostituição é vista, como alguém que não tem escrúpulos diante da prática sexual — já reverte toda a lógica de dominação que o estupro proporciona ao agressor. Qual não é a surpresa de Cidinha quando descobre que a vítima dos estupradores foi justamente a mulher *bem-comportada* que a desprezara na estação de trem?

Pois foi na esquina da rua Figueiredo Magalhães que viu a banca de jornal. E pendurado ali o jornal O Dia. Não saberia dizer por que comprou.  
Em manchete negra estava escrito: “Moça currada e assassinada no trem”.  
Tremeu toda. Acontecera, então. E com a moça que a desprezara. Pôs-se a chorar na rua. Jogou fora o maldito jornal. Não queria saber dos detalhes (LISPECTOR, 1998, p. 70).

Vejamos: a supremacia masculina está tão interessada em dominar através da força fálica que, quando o consentimento existe, ele passa a indicar um entrave para a consumação da violência sexual: a partir do momento em que aquela ação não vai legitimar a *vitória* deles em cima de Cidinha, ao invadirem e penetrarem à força o corpo dela, não adianta de nada fazê-lo. É partindo desse ponto que vamos, a seguir, procurar entender como a sociedade corrobora com a prática da violência sexual contra a mulher.

## A cultura do estupro

Como já observamos em seções anteriores, a situação de subordinação das mulheres perante os homens é socialmente construída e muito interessadamente mantida. É diante dessa situação que se apresenta a cultura do estupro: uma cultura onde a violência sexual contra a mulher<sup>24</sup> é legitimada e naturalizada, de maneira que frequentemente não somente o homem deixa de ser responsabilizado, mas a responsabilidade do crime recai sobre a mulher, através das mais diversas e absurdas alegações: ela não deveria estar vestindo determinada roupa, ela quis e provocou, ela estava bêbada, portanto, pediu,<sup>25</sup> ela era mesmo uma vadia, e, se estivesse dentro de casa nada disso teria acontecido. Na cultura do estupro, o corpo feminino não é um instrumento sobre o qual a mulher tem completo poder, isto é, não é exatamente propriedade dela, o seu corpo; ele é um objeto através do qual o patriarcado controla e subordina a casta feminina. É, portanto, tido como instrumento público e sobre o qual o homem tem pleno poder, uma propriedade pública patriarcal. Daí a normalização de abusos que são, de fato, cotidianos, como, por exemplo, o assédio verbal, em que os corpos de mulheres existindo na esfera pública são vistos como objetos sobre os quais se pode emitir opiniões (e não raramente nos quais se pode intervir fisicamente) e o estupro propriamente dito, que diz respeito precisamente a uma tática violenta de intimidação e controle, através da qual o corpo de uma mulher é violado e desrespeitado para que seja garantida a dominação sobre ele.<sup>26</sup>

A cultura do estupro é perpetuada e mantida com ajuda dos mais diversos aparatos sociais: a igreja, a família, a escola, os programas televisivos, os livros didáticos e literários, os jornais — a mídia em geral — e o próprio Estado, que faz as leis de acordo com seus próprios interesses e dá o poder de definir o que é ou deixa de ser crime à própria casta já detentora de todos os poderes<sup>27</sup> — a dos homens, em sua maioria brancos e heterossexuais. Isto é, eles estão

---

<sup>24</sup> Não somente a violência sexual é naturalizada pela sociedade, sabemos, mas todas as outras formas de violência contra as mulheres — que, de acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, podem ser: doméstica, física, psicológica, moral, patrimonial, institucional, tráfico de mulheres e exploração sexual.

<sup>25</sup> Observe-se a ideia de que, estando a mulher sob efeito de álcool (e, portanto, incapaz de tomar decisões), isso não só não garante seu direito de não consentir com o ato sexual como imediatamente a culpabiliza, tornando-a supostamente merecedora da violência em questão.

<sup>26</sup> Considerando a vasta gama de violências e opressões relacionadas à dominação do corpo feminino, muitas delas ficam, aqui, de fora, não sendo evidentemente menos graves ou importantes, como a própria instituição da heterossexualidade, a pornografia, a maternidade, a barriga de aluguel e a ausência de direito ao aborto seguro, no Brasil e em vários países do mundo.

<sup>27</sup> Beauvoir traz que “tudo contribui para confirmar essa hierarquia [dos homens sobre as mulheres] [...]. [A] cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam [a criança de sexo feminino] são uma exaltação do



na grande maioria dos lugares de prestígio em que podem ser ouvidos e ter suas vozes consideradas, ponderadas e seguidas: escrevem para grandes jornais sobre temas cuja discussão não compete a eles,<sup>28</sup> estão nos cargos políticos responsáveis por moldar o cenário legislativo do país, ganham mais que as mulheres para ocupar as mesmas profissões e, portanto, detêm maior parcela do poder aquisitivo populacional.<sup>29</sup> Enfim, suas vozes têm, devido a uma multiconstrução histórico-social nesse sentido, muito mais crédito do que as vozes das mulheres. Maria do Socorro Ferreira Osterne, professora da Universidade Estadual do Ceará, enfatiza o caráter estrutural da subordinação feminina à casta masculina:

As relações sociais, o sistema político, econômico, social e cultural imprime, ao longo do tempo, uma representação muito forte de subordinação das mulheres aos homens. Essa subordinação, reprodutora de desigualdades entre os gêneros, sempre foi tratada como natural, imutável e justificadora dos esquemas de discriminação e opressão sobre as mulheres. Os sustentáculos dessas relações desiguais são, principalmente, a divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, a divisão social do trabalho, o controle do corpo e da sexualidade feminina e a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão, sobretudo pela via das oposições entre o público e o privado. Considerar este fenômeno como parte de uma totalidade é muito importante

---

homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a Terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino.” (BEAUVOIR, 2009, p. 385). De fato, um exemplo da confirmação dessa hierarquia através dos mais diversos aparatos midiáticos é a música *Só surubinha de leve*, em cuja letra o carioca MC Diguinho faz uma clara apologia ao estupro: “Pode vir sem dinheiro, mas traz uma puta/ hoje vai rolar só surubinha de leve com essas filhas da puta/ taca a bebida, depois taca a pica e abandona na rua”. Em janeiro de 2018, após a artista visual Yasmin Formiga denunciar em suas redes sociais a violência contida nessa letra, houve uma petição virtual que conseguiu fazer com que o Spotify, aplicativo que dá aos usuários acesso gratuito a músicas de todo o mundo, retirasse a música do seu catálogo. O MC, no entanto, em nenhum momento reconheceu qualquer problema em sua posição. Muito pelo contrário, são essas as mensagens que, após a repercussão do fato, ele publica em suas redes sociais: “Se a minha música faz apologia ao estupro, prazer sou o mais novo estuprador, apenas fiz a música da realidade que eu vivo e que muitos brasileiros vivem. Viva a putaria!” [sic]; “A mídia manipulou os pensamentos onde um negro canta funk putaria é apologia ao crime/estupro e etc, agora beijo gay em novela das 9 é lindo e perfeito aos olhos do mundo e ves apoiaram essa ideia! Parabéns brasil! minha música foi retirada de todas as rede sociais e irei lançar uma versão light agora! Obg a todos que apoiaram a ideia da mídia manipuladora!” [sic]. Bem, não se sabe o que é mais lamentável: se é o rapaz não reconhecer publicamente sua reverência à violência sexual contra a mulher ou se é ele comparar uma apologia ao estupro a uma troca de afeto entre indivíduos homossexuais veiculada pela mídia televisiva.

<sup>28</sup> Um bom e atual exemplo disso é João Pereira Coutinho, escritor europeu que ocupa, a um só tempo, as posições de professor da Universidade Católica Portuguesa e colunista do *Correio da Manhã* e da *Folha de S. Paulo* e começa seu misógino texto *Feminismo de hoje é tão reacionário quanto o machismo neandertal*, publicado em 2018 pela *Folha de S. Paulo*, da seguinte forma: “Passei as festividades natalinas lendo Camille Paglia. Não sei se é pecado. Talvez seja. Mas que alegria — e que prazer! — ler uma feminista com atividade cerebral completa, que não se limita a defender a dignidade das mulheres — mas a dos homens também” (COUTINHO, Folha de São Paulo, 2018).

<sup>29</sup> Como bem pontua Virginia Woolf em *Um teto todo seu*, “a liberdade intelectual depende de coisas materiais” (WOOLF, 1985, p. 141).

para a apreensão do caráter estrutural da subordinação da mulher (OSTERNE, 2011, p. 141).

É, assim, de acordo com Osterne, possível dizer que a cultura do estupro está fortemente fundamentada em três pilares: i) a divisão sexual do trabalho, que dá ao homem o direito de habitar a esfera pública, e à mulher, ao contrário, a privada, ii) o controle do corpo feminino e da sexualidade da mulher e iii) a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão. Esses pilares têm um ponto em comum: a objetificação da mulher. Quando falamos de objetificação da mulher, estamos nos referindo ao fato de que, durante toda a história da humanidade, o homem enxergou a mulher como um objeto capaz de satisfazer suas necessidades, principalmente as sexuais. Em nenhum momento se imaginou que o consentimento dela era necessário, porque, uma vez inferior, se supunha que a mulher deveria estar pronta para atender às necessidades daquele que atua como seu senhor (DIOTTO e SOUTO, 2016). É interessante a reflexão que Beauvoir traz: “Normalmente, ela [a mulher] pode sempre ser possuída pelo homem, ao passo que este só pode possuí-la em estado de ereção [...]. Sendo ela objeto, a inércia não lhe modifica profundamente o papel natural: a tal ponto que muitos homens não se preocupam em saber se a mulher com quem se deita quer o coito ou apenas se submete a ele. Pode-se dormir até com uma morta” (BEAUVOIR, 2009, p. 484). Bem, falo *enxergou* e *supunha*, mas é evidente que nem se faz necessário explicar a legitimação que essa prática possui ainda atualmente, uma vez que, em algumas décadas, algo evoluímos no que tange à situação da mulher na sociedade, mas sequer chegamos perto da tão necessária liberdade completa, que só pode ser alcançada através da existência do respeito para com a nossa dignidade enquanto pessoas, tal qual os homens possuem; e isso, em nossa esfera social, ainda é um tanto utópico. Utópico porque o modo como a sociedade está organizada é patriarcal, o que significa dizer que se trata de um “sistema masculino de opressão das mulheres, caracterizado por uma economia domesticamente organizada, na qual as mulheres tornam-se objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de trabalho e de novas reprodutoras” (OSTERNE, 2011, p. 131).

## O estupro no Brasil

ventania

a elidia escreveu um texto lindo em que metaforiza um estupro a partir de imagens de uma ventania, confundindo as sensações da menina que sofre a violência com os efeitos de um furacão. a cristina, que trabalha com meninas adolescentes que já foram estupradas, leu o texto para todas elas, que se sentiram representadas pelo texto e que, ao final da leitura, se deram um abraço coletivo. só fizeram um reparo: as frases imitando as consequências da ventania que vinham separadas por espaços grandes, de duas a três linhas, deveriam ter sido escritas sem espaço nenhum, apertadas e seguidas. segundo elas, não há esse respiro durante o estupro.

queria comentar, chegar a alguma conclusão, mas não posso (JAFFE, 2017, s/p).

É chocante constatar que, no Brasil, até 2009 o estupro era considerado um crime de ação privada contra os costumes. Não obstante o respaldo que possuía, até a década de 1970, a ideia de “legítima defesa da honra”, através da qual era possível inocentar um homem que assassinasse sua esposa, caso ela houvesse, em vida, supostamente atentado contra a honra (leia-se contra a frágil masculinidade) dele — caso houvesse cometido adultério, por exemplo —, quase 40 anos depois, o crime de estupro ainda era compreendido dentro desse mesmo raciocínio. Segundo a ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, o crime, nesse sentido, dizia respeito não à agressão ao corpo feminino propriamente dito, mas à “agressão à sociedade por intermédio do corpo feminino. É como se o homem (pai ou marido) fosse tocado em sua integridade moral pela violência sexual vivenciada pela mulher” (apud CERQUEIRA e COELHO, 2014, p. 3). Veja, quem se importa com a mulher violentada?<sup>30</sup> O que interessa é que uma propriedade masculina fora violada, e essa propriedade, não por acaso, viera a ser o corpo feminino. Somente a partir da Lei n° 12.015, de 7 de agosto de 2009, é que o estupro passa a ser reconhecido como um crime contra a dignidade e a liberdade sexual,<sup>31</sup> e esse atraso pode ser explicado pelo que já vimos aqui, nas

---

<sup>30</sup> Não se tem aqui a intenção de omitir a existência de corpos masculinos violados sexualmente; trabalha-se, no entanto, com a esmagadora maioria dos casos de estupro, que é contra o corpo feminino, e a partir de uma perspectiva que visa discorrer sobre a posição desses corpos na sociedade, evidentemente. Sobre as estatísticas acerca do estupro no Brasil, os resultados do ano de 2011, segundo a Nota Técnica do IPEA, não evidencia apenas uma grande maioria de vítimas mulheres, mas o teor racista e pedófilo desse crime: “Em relação ao total das notificações ocorridas em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade, 46% não possuía o ensino fundamental completo (entre as vítimas com escolaridade conhecida, esse índice sobe para 67%), 51% dos indivíduos eram de cor preta ou parda e apenas 12% eram ou haviam sido casados anteriormente.” Note-se ainda que o agressor é quase sempre do sexo masculino: ainda segundo o IPEA e para o ano de 2011, as porcentagens de agressores do sexo masculino para vítimas crianças são de 92,55%, para adolescentes, 96,69%, e para adultos 96,66%, enquanto as porcentagens de mulheres agressoras são, para as mesmas categorias de vítimas, 1,80%, 0,99% e 0,70%, respectivamente.

<sup>31</sup> Observemos que isso significa dizer que há pouco menos de dez anos o Brasil deu o primeiro passo rumo ao reconhecimento do corpo feminino como uma propriedade da mulher, de fato. No entanto, é sabido que a sociedade

seções anteriores: em uma sociedade estruturada de modo patriarcal, os homens detêm todos os poderes (políticos, econômicos, sociais), enquanto as mulheres detêm apenas o poder que a elas lhes foi por eles concedido.

De acordo com o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram 47 mil casos de estupro em 2015, no Brasil, e 49 mil em 2016. Unindo a esses dados a informação encontrada em nota técnica do IPEA de 2014 de que apenas cerca de 10% dos casos de estupro são notificados, é possível observar a dimensão e a gravidade da situação de violência contra a mulher no Brasil. A tabela 1, do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, expõe, de acordo com o IBGE e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as estatísticas que envolvem os crimes de estupro e tentativas de estupro registrados em cada estado do Brasil, nos anos de 2015 e 2016. Observe-se que a tabela não divide vítimas ou agressores por sexo, o que, acredito, não modifica o caráter de gravidade dos crimes de estupro em si, uma vez que, segundo o próprio Anuário (2017, p. 44), “historicamente se sabe que a vítima desse crime é preferencialmente a mulher, com valores que se encontram entre 85 a 88% dos casos. Em relação aos agressores, estima-se que em torno de 90% ou mais são homens” (ver nota 7):

---

como um todo não se comporta necessariamente de acordo com o que estabelece a lei (e que as próprias leis em torno das violências direcionadas às mulheres têm em sua composição e em sua agência uma série de problemas, a serem tratados em outra oportunidade), de maneira que, ainda que se tenha reconhecido isso no papel, continua sendo extremamente naturalizada a prática de culpabilização da vítima, o que vem a existir como uma forma de inocentar o agressor e de tirar do corpo feminino o verdadeiro foco da questão.

Tabela 1 – Estupros e tentativas de estupro divididos por estados, em 2015 e 2016

Grupos segundo qualidade dos dados <sup>(a)</sup>	Brasil e Unidades da Federação	Estupro <sup>(b)</sup>					Tentativa de estupro <sup>(b)</sup>				
		Ns. Absolutos		Taxas <sup>(c)</sup>			Ns. Absolutos		Taxas <sup>(c)</sup>		
		2015 <sup>(d)</sup>	2016	2015 <sup>(d)</sup>	2016	Variação (%)	2015 <sup>(d)</sup>	2016	2015 <sup>(d)</sup>	2016	Variação (%)
	<b>Brasil</b>	<b>47.461</b>	<b>49.497</b>	<b>23,2</b>	<b>24,0</b>	<b>3,5</b>	<b>7.211</b>	<b>6.548</b>	<b>3,5</b>	<b>3,2</b>	<b>-9,9</b>
Grupo 1	Alagoas	548	500	16,4	14,9	-9,2	63	52	1,9	1,5	-17,9
	Amazonas	726	930	18,4	23,2	26,1	113	116	2,9	2,9	1,0
	Ceará	1.454	1.538	16,3	17,2	5,1	234	265	2,6	3,0	12,5
	Espírito Santo	203	188	5,2	4,7	-8,4	181	215	4,6	5,4	17,5
	Mato Grosso	1.484	1.614	45,4	48,8	7,4	188	163	5,8	4,9	-14,3
	Minas Gerais	3.971	3.926	19,0	18,7	-1,7	696	550	3,3	2,6	-21,5
	Pará	2.751	3.002	33,7	36,3	7,8	177	176	2,2	2,1	-1,7
	Paraná	289	376	7,3	9,4	29,2	20	14	0,5	0,4	-30,5
	Paraná	4.082	4.164	36,6	37,0	1,3	533	488	4,8	4,3	-9,1
	Pernambuco	1.939	1.976	20,7	21,0	1,2	242	273	2,6	2,9	12,0
	Piauí	539	653	16,8	20,3	20,8	118	160	3,7	5,0	35,2
	Rio de Janeiro	4.453	4.308	26,9	25,9	-3,8	487	408	2,9	2,5	-16,7
	Rio Grande do Norte	320	206	9,3	5,9	-36,2	33	52	1,0	1,5	56,1
Santa Catarina	2.714	3.084	39,8	44,6	12,1	698	702	10,2	10,2	-0,8	
Grupo 2	Acre	524	...	65,2	...	...	...	...	...	...	...
	Distrito Federal	624	666	21,4	22,4	4,5	75	79	2,6	2,7	3,1
	Goiás	527	670	8,0	10,0	25,5	393	321	5,9	4,8	-19,4
	Maranhão	952	995	13,8	14,3	3,8	232	229	3,4	3,3	-2,0
	Mato Grosso do Sul	1.429	1.458	53,9	54,4	0,8	155	166	5,8	6,2	5,9
	Rio Grande do Sul	4.078	4.144	36,3	36,7	1,3	692	654	6,2	5,8	-5,8
	São Paulo	9.265	10.055	20,9	22,5	7,7	1.335	1.218	3,0	2,7	-9,5
	Sergipe	443	541	19,8	23,9	20,9	44	51	2,0	2,3	14,7
Grupo 3	Amapá	324	385	42,3	49,2	16,5	20	28	2,6	3,6	37,2
	Rorondônia	692	790	39,1	44,2	12,9	96	97	5,4	5,4	-0,0
	Roraima	201	234	39,7	45,5	14,5	50	37	9,9	7,2	-27,2
	Tocantins	380	385	25,1	25,1	0,1	50	34	3,3	2,2	-32,8
Grupo 4	Bahia	2.549	2.709	16,8	17,7	5,8	286	...	1,9	...	...

Fonte: 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública

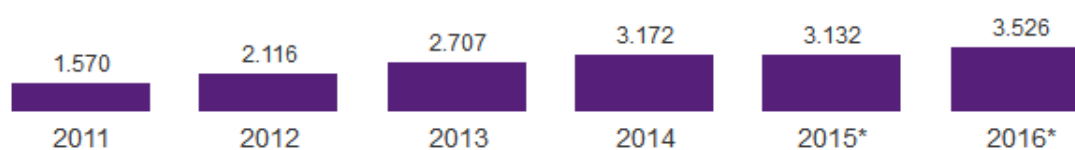
Considerando o processo de subnotificação<sup>32</sup> apontado pelo IPEA, chegaríamos a um suposto total de 474,6 mil estupros em 2015 e 494,9 mil estupros em 2016, o que significa uma mudança bastante significativa, para não dizer drástica, no cálculo de que, em média, a cada 11

<sup>32</sup> Muitas podem ser as causas dessa subnotificação e, para analisar isso, seria necessário observar determinados fatores que, nesse momento, não competem a este trabalho. No entanto, pode-se concisamente afirmar que a cultura do estupro em si, com todos os seus sustentáculos que imprimem culpa e vergonha à mulher estuprada em vez de aos estupradores, é uma das grandes causadoras desse processo. Juntos a isso, há muitas vezes dependência emocional e econômica da vítima para com o agressor e também a ineficácia do Estado em relação às políticas de violência contra a mulher, fazendo com que as leis na prática não funcionem como se espera, seja devido ao despreparo dos funcionários ou simplesmente à negligência das instituições envolvidas. Ademais, segundo a Folha de S. Paulo, estima-se que 30% dos municípios brasileiros não tenham acesso ao sistema de notificação dos crimes.

minutos, no Brasil, uma mulher é estuprada — cada estupro passa a ocorrer praticamente por minuto.

O estupro coletivo, por exemplo, tal qual ocorre em *A língua do “P”*, é uma realidade que não pode ser ignorada. Especialmente nesses casos, em que há dois ou mais agressores para, geralmente, uma só vítima, existe a necessidade, entre eles, de compartilhar esse momento de domínio e controle não apenas dividindo o corpo violentado, mas sendo recorrente a prática de filmar o crime, o que, obviamente, vai servir para constranger e inferiorizar a vítima durante muito tempo após o corrido. Essa dupla violência evidencia a legitimação de que ainda goza o estupro em nossa sociedade, de maneira que vídeos de estupro realmente chegam a funcionar como um troféu para os estupradores, entre espectadores de ambos os sexos e idades. Segundo a *Folha de S. Paulo* (2017), 15% dos estupros atendidos pelos hospitais no Brasil são coletivos. Ainda segundo a Folha e de acordo com o Ministério da Saúde, de 2011 a 2016 as notificações de estupros coletivos dobraram:

Gráfico 1 – Estupros coletivos no Brasil, de 2011 a 2016



Fonte: Folha de São Paulo, 2017

A possibilidade de serem estupradas até mesmo dentro de suas próprias casas<sup>33</sup> deixa as mulheres num constante estado de medo, através do qual é facilitada a manutenção do controle dos corpos femininos. As narrativas são muitas e, de fato, horrorizam. Pesquisando muito brevemente, no dia 08/01/2018, pela expressão *é estuprada* no Google, são 975.000 as ocorrências encontradas, dentre as quais figuram nas primeira páginas — muitas já em 2018: *Mulher é estuprada na saída do serviço em Cuiabá, Todo dia uma mulher é estuprada em São Gonçalo, Niterói e Itaboraí, Mulher é estuprada por falso motorista de aplicativo em matagal em Rio Largo, Menina de 13 anos é estuprada após sequestro em Vitória, Criança de 4 anos é estuprada por tio na Federação, Mulher é estuprada na noite de ano-novo em Olinda, Criança*

<sup>33</sup> De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, “Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares” (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, 2011, p. 11).

*de 11 anos é estuprada por marido de prima no Sul de Minas, Mulher é estuprada durante gravação do programa “Show da virada” em BH, Mulher é estuprada a caminho do trabalho em Goiânia, Jovem de 22 anos é estuprada em Praia Grande, Mulher grávida é estuprada por irmão na madrugada de Réveillon, Jovem é estuprada e morta em São Paulo, Mulher é estuprada e tem o braço quebrado em Moreira Sales, Mulher é estuprada após ir a entrevista de emprego marcada pelas redes sociais, Em meio às chuvas, menina aceita abrigo e é estuprada, Mulher é estuprada e abandonada em buraco, Garota de 12 anos é estuprada e mantida em cárcere, Jovem aceita carona de conhecido e é estuprada e morta no PR, Mulher é estuprada em casa ao lado do filho enquanto criminoso ameaçava matar criança.*

É diante desse contexto de medo que vamos tendo nossos corpos moldados e docilizados, mas, bem, numa sociedade em que mulheres são estupradas em plena luz do dia, indo ou voltando do trabalho e pelos seus próprios maridos em casa, incontáveis e repetidas vezes, diante da frequente impossibilidade de lhes negar consentimento, nessa mesma sociedade em que meninas são estupradas nos seus lares por pais, tios, avôs e irmãos... como manter a calma? Como manter a serenidade quando diante de situações como essas e, ao mesmo tempo, imersas em cultura que legitima e naturaliza o estupro, arranjando sempre um jeito de culpar a mulher violentada e justificar o agressor?<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Cabe aqui mencionar uma discussão que vem tendo grande espaço na mídia, acerca da questão do movimento virtual #MeToo (“eu também”, em português). A expressão vem sendo usada como uma hashtag de denúncia ao teor universal do assédio e da violência sexuais, e teve início a partir das denúncias feitas por mais de vinte atrizes de Hollywood de estupro e agressão sexual contra o produtor cinematográfico Harvey Weinstein. A partir dessas denúncias, a atriz Alyssa Milano pediu que vítimas de assédio e violência sexual dessem seu apoio virtual às vítimas em questão, de maneira que, em janeiro de 2018, já se contam mais de 200 mil usos da hashtag #MeToo como veículo de denúncias às agressões sexuais sofridas por mulheres (constam também algumas vítimas homens). A partir da magnitude do movimento, cem mulheres francesas, dentre as quais se inclui a atriz Catherine Deneuve, assinaram e veicularam um manifesto contra a hashtag #MeToo, acusando o movimento de puritanismo e reivindicando o que a escritora Catherine Millet chama de “direito que os homens têm de importunar”. A discussão em voga diz respeito a uma suposta confusão acerca do momento em que um flerte deixa de ser flerte e passa a ser assédio, e são particularmente chocantes as afirmações que Catherine Millet, uma das autoras do manifesto, faz, em entrevista ao El País, depois de ter afirmado que lamenta muito não ter sido estuprada, porque assim poderia “dar fé de que um estupro também pode ser superado”: “Quando um homem te incomoda, você tem a liberdade de lhe dizer que pare com isso. Temos a capacidade de dizer que não. [...] Acredito que há uma margem em que o comportamento dos demais pode acontecer sem que seja considerado um crime. Você pode achar desagradável e reclamar, mas nem por isso é um crime. [...] É preciso aceitar que existem impertinentes na vida. Essas mulheres parecem almejar uma sociedade utópica e regulada nos mínimos detalhes, onde um homem deverá tomar precauções antes de se dirigir a uma mulher. A codificação de nossas relações é impossível, a não ser que nos transformemos em robôs. [...] Numa relação entre dois indivíduos, sempre há um momento confuso e ambíguo, em que um dos dois não sabe muito bem o que quer. Quando um homem tentava me seduzir, às vezes sentia uma atração que não era grande o suficiente para ceder de imediato. Um momento de dúvida. Às vezes você acaba cedendo; em outras, não. Essas mulheres dizem que um “não” sempre é definitivo, mas eu acredito que existam nuances. Às vezes, os homens têm uma oportunidade se insistirem novamente” (MILLET, El País, 2018). Esse manifesto francês não passa, na verdade, de mais uma tentativa de justificar o agressor e culpabilizar a vítima, uma vez que tenta relativizar o “não” desta e reivindicar ao homem mais direitos sobre o corpo feminino; isto é, como exatamente se confere a um homem o direito de importunar uma mulher? E mais: como destinar à mulher a culpa de não passar por cima de sua dor, não esquecer ou superar um estupro, uma mão na coxa que seja? Como

Mas não se pretende, aqui, esgotar ou tentar finalizar um debate que há pouco teve seu início na história. É preciso capturar o momento, compreendendo que há várias lacunas não preenchidas e possibilidades não contempladas. Muitas vezes, falou-se da mulher fora de um contexto específico, deslocada de sua cultura ou estrangeira mesmo quando narrada por si mesma, como é o caso em Clarice.

Contudo, é no rastro crítico dessas escritas elaboradas especialmente por mulheres que dialogam com os dramas sociais ligados ao feminino que se deseja proporcionar ao corpo outros exercícios de liberdade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clarice Lispector, por muito tempo, foi uma grande referência literária para mim. Lembro do primeiro contato que tive com sua escrita: eu estava na oitava série, e a professora de português nos lia *A menor mulher do mundo*, um conto de *Laços de Família*. A essa altura, eu já começava a compensar no gosto pela literatura o terror que o ambiente escolar me causava, de maneira que fui à biblioteca e peguei emprestados tantos livros de Clarice quanto pude: três. Também, a essa altura, já ensaiava a escrita de contos e poemas, e, ao ler *A hora da estrela*, rabisquei na última página: essa mulher sou eu. Ela tocava de maneira muito acertada em sutilezas cotidianas que me assombravam, o fluxo de consciência de suas personagens mulheres me arrebatava. Pretensões adolescentes à parte, Clarice foi a primeira escritora com quem me identifiquei.

Mais adiante, quando era ainda completamente adepta a um feminismo que se sustenta através de teorias liberais, conheci *A via crucis do corpo*. Esse livro me pareceu absolutamente transcendental no que diz respeito ao entendimento do corpo feminino e dialogava perfeitamente com o feminismo em que eu acreditava, à época: estávamos, em Salvador, em plena reivindicação de nossos corpos através de meios duvidosos, nos púnhamos nuas na rua, e na pele estampávamos “vadia” ou “meu corpo, minhas regras”. Acreditávamos que ser livre

---

não se pode entender que não é à mulher que cabe o dever de superar a agressão, mas ao homem que cabe o direito de não agredir? Camuflar essa defesa masculina no argumento débil de que flerte não pode ser confundido com assédio é, no mínimo, desonesto: um flerte não incomoda, não humilha, não diminui; um flerte é consentido. Um flerte não importuna e não faz com que a mulher se sinta pressionada ou inferiorizada, o nome disso é assédio. Longe de seu fim, essa discussão tem provocado reflexão e autocrítica: a própria Deneuve recuou e pediu perdão às vítimas de agressão e de abuso sexual. Retratar-se publicamente já é um ganho por se ter reproduzido um pensamento nocivo e com potencial mortífero; o que se deseja, no entanto, é muito maior e não cabe em uma hashtag.



era abrir mão da própria liberdade.

Não tardou muito, no entanto, para que eu começasse a pensar mais criticamente sobre tudo isso e, portanto, questionasse todas as ideias que vêm acopladas à visão liberal do feminismo: como exatamente vender seus próprios corpos faz com que as mulheres tenham mais poder sobre si mesmas? O que define quem serão as vítimas da misoginia? Por que as regras que acreditávamos ser nossas, quando pregávamos por aí o lema “meu corpo, minhas regras”, na verdade, não são? O que a revolução sexual e as políticas do orgasmo dizem sobre nossa opressão?

Eu já havia escolhido esse livro como tema da minha pesquisa de iniciação científica, durante a graduação, sem tê-lo realmente trabalhado, pelo fato de que a pesquisa não veio a se desenvolver. Direcionei-o, portanto, à monografia, mas, nesse ínterim, muita coisa acerca da minha posição política havia mudado. Foi com algum desespero de minha parte, então, que se deu o início deste trabalho — eu já não lia Clarice da mesma forma e levei um tempo para entender que eu não precisava, aqui, ou reverenciá-la ou criticá-la; existe um meio-termo. Principalmente porque — e isso eu já sabia, mas pareci esquecer por algum momento — não se pode acessar a cabeça de quem escreve, e o debate se torna infrutífero, para não dizer inútil, se começamos a tentar supor ou delinear *intenções* do autor com quem, literariamente, se trabalha. Nesse sentido, o conhecimento biográfico que eu tinha de Clarice, a partir do que se publicou sobre sua vida, me confundia: eu quase achei que poderia supor de onde ela falava, e por isso eu andava meio decepcionada com Clarice. Mas fui lembrada de que não; apesar de serem concretas as possibilidades de uma fala pró-prostituição, não posso trabalhar com a pretensão de, a partir de momentos, sutilezas, entrelinhas, afirmar que Clarice enxergava de um jeito ou de outro determinada situação — embora eu trabalhe rapidamente essas possibilidades no decorrer desta pesquisa.

É partindo desse emaranhado que muito se relaciona com minhas vivências pessoais que tive aqui a intenção de pensar, muito brevemente e de maneira talvez simplória, as nuances sociais que se relacionam com a existência feminina desses dois corpos, a partir da história que a eles deu Clarice Lispector. Tive o propósito de fazer com que se reflita sobre o fato de que existe uma cultura toda fundamentada na supremacia masculina, de maneira que ser mulher se torna uma resistência diária. Esses corpos com que aqui trabalhamos, no entanto, não se perfazem em si mesmos. Acredito que Ruth Algrave e Maria Aparecida podem ser quaisquer duas de nós — mulheres, destituídas de posse sobre seus corpos, um pouco confusas com as situações que a vida lhes impõe; vigorosas, no entanto.

## 5 REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CLITÓRIS, prazer proibido. Direção: Michèle Dominici, Variety Moshinsky e Stephen Firmin. Produção: Tamsin Moufflet. França: Cats & Dogs Films, Silicone e Arte France, 2003.

DIOTTO, Nariel; SOUTO, Raquel Buzatti. Aspectos históricos e legais sobre a cultura do estupro no Brasil. **Seminário internacional: demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15867>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

É PRECISO deixar de pensar que a mulher é sempre uma vítima. **El país**. Paris, 13 jan 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/cultura/1515761428\\_968192.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/cultura/1515761428_968192.html)>. Acesso em: 05 jan. 2018.

FEMINISMO de hoje é tão reacionário quanto machismo neandertal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jan 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/2018/01/1947369-feminismo-de-hoje-e-tao-reacionario-quanto-o-machismo-neandertal.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2017. 108 p.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). Brasília, 2014. 30 p.

JAFFE, Noemi. **Ventania**. 22 mar. 2017. Disponível em <<http://nadaestaacontecendo.blogspot.com.br/2017/03/ventania.html>>. Acesso em 31 jan. 2018.

JEFFREYS, Sheila. **How orgasm politics has hijacked the women's movement**. Disponível em: <<http://www.nostatusquo.com/ACLU/Porn/orgasmpol.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

\_\_\_\_\_. **Só para mulheres**. NUNES, Maria Aparecida (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

MOSER, Benjamin. **Clarice**,. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

NOSSO corpo nos pertence? Direção e produção: Sempreviva Organização Feminista. São Paulo: 2014. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/channel/UCebPFbeYmtLIL6O6BQFml7w>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

O RENASCIMENTO do parto. Direção: Eduardo Chauvet. Produção: Érica de Paula. Brasil: Chauvet Filmes, Master Brasil Filmes e HTRON, 2013.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. **O público e o privado**, n. 18, p. 129-145, jul/dez, 2011

PAÍS registra 10 estupros coletivos por dia; notificações dobram em 5 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago 2017. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1911346-pais-registra-10-estupros-coletivos-por-dia-notificacoes-dobram-em-5-anos.shtml>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

PRAZERES, Lílian; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Cidinha, de professora a prostituta: performances no conto A língua do “P”, de Clarice Lispector. **Mulheres e literatura**, Rio de Janeiro, v. 15, s/p, jul/dez, 2015.

RAYMOND, Janice G. **Sexual and reproductive liberalism**. 2014. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/265155833\\_SEXUAL\\_AND\\_REPRODUCTIVE\\_LIBERALISM](https://www.researchgate.net/publication/265155833_SEXUAL_AND_REPRODUCTIVE_LIBERALISM)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio. Todos passam pela via crucis: a corporeidade em Clarice Lispector. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 623-632, jul./set, 2010.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**.

Brasília: 2011. 46 p.

SWAIN, Tania Navarro. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 6, n. 2, p. 23-28, jul/dez, 2004.

VIOLÊNCIA obstétrica: a voz das brasileiras. Direção e produção: Bianca Zorzam, Ligia Moreiras Sena, Ana Carolina Franzon, Kalu Brum e Armando Rapchan. Brasil: 2012.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=eg0uvonF25M&t=122s>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

# ANEXOS

## MISS ALGRAVE

Ela era sujeita a julgamento. Por isso não contou nada a ninguém. Se contasse, não acreditariam porque não acreditavam na realidade. Mas ela, que morava em Londres, onde os fantasmas existem nos becos escuros, sabia da verdade.

Seu dia, sexta-feira, fora igual aos outros. Só aconteceu sábado de noite. Mas na sexta fez tudo igual como sempre. Embora a atormentasse uma lembrança horrível: quando era pequena, com uns sete anos de idade, brincava de marido e mulher com seu primo Jack, na cama grande da vovó. E ambos faziam tudo para ter filhinhos sem conseguir. Nunca mais vira Jack nem queria vê-lo. Se era culpada, ele também o era.

Solteira, é claro, virgem, é claro. Morava sozinha numa cobertura em Soho. Nesse dia tinha feito suas compras de comida: legumes e frutas. Porque comer carne ela considerava pecado.

Quando passava pelo Picadilly Circle e via as mulheres esperando homens nas esquinas, só faltava vomitar. Ainda mais por dinheiro! Era demais para se suportar. E aquela estátua de Eros, ali, indecente.

Foi depois do almoço ao trabalho: era datilógrafa perfeita. Seu chefe nunca olhava para ela e tratava-a felizmente com respeito, chamando-a de Miss Algrave. Seu primeiro nome era Ruth. E descendia de irlandeses. Era ruiva, usava os cabelos enrolados na nuca em coque severo. Tinha muitas sardas e pele tão clara e fina que parecia uma seda branca. Os cílios também eram ruivos. Era uma mulher bonita.

Orgulhava-se muito de seu físico: cheia de corpo e alta. Mas nunca ninguém havia tocado nos seus seios.

Costumava jantar num restaurante barato em Soho mesmo. Comia macarrão com molho de tomate. E nunca entrara num *pub*: nauseava-a o cheiro de álcool, quando passava por um. Sentia-se ofendida pela humanidade.

Cultivava gerânios vermelhos que eram uma glória na primavera. Seu pai fora pastor protestante e a mãe ainda morava em Dublin com o filho casado. Seu irmão era casado com uma verdadeira cadela chamada Tootzi.

De vez em quando Miss Algrave escrevia uma carta de protesto para o *Time*. E eles publicavam. Via com muito gosto o seu nome: sincerely Ruth Algrave.

Tomava banho só uma vez por semana, no sábado. Para não ver o seu corpo nu, não tirava nem as calcinhas nem o sutiã.

No dia em que aconteceu era sábado e não tinha portanto trabalho. Acordou muito cedo e tomou chá de jasmim. Depois rezou. Depois saiu para tomar ar.

Perto do Savoy Hotel quase foi atropelada. Se isso acontecesse e ela morresse teria sido horrível porque nada lhe aconteceria de noite.

Foi ao ensaio do canto coral. Tinha voz maviosa. Sim, era uma pessoa privilegiada.

Depois foi almoçar e permitiu-se comer camarão: estava tão bom que atéparecia pecado.

Então dirigiu-se ao Hyde Park e sentou-se na grama. Levou uma Bíblia para ler. Mas — que Deus a perdoasse — o sol estava tão guerrilheiro, tão bom, tão quente, que não leu nada, ficou só sentada no chão sem coragem de se deitar. Procurou não olhar os casais que se beijavam e se acariciavam sem a menor vergonha.

Depois foi para casa, regou as begônias e tomou banho. Então visitou Mrs. Cabot que tinha noventa e sete anos. Levou-lhe um pedaço de bolo com passas e tomaram chá. Miss Algrave sentia-se muito feliz, embora... Bem, embora.

Às sete horas voltou para casa. Nada tinha a fazer. Então tricotou uma suéter para o inverno. De cor esplendorosa: amarela como o sol.

Antes de dormir tomou mais chá de jasmim com biscoitos, escovou os dentes, mudou de roupa e meteu-se na cama. Suas cortinas de gaze ela mesma fizera e pendurara.

Era maio. As cortinas se balançavam à brisa dessa noite tão singular. Singular por quê? Não sabia.

Leu um pouco o jornal da manhã e fechou a luz da cabeceira. Pela janela aberta via o luar. Era noite de lua cheia.

Suspirou muito porque era difícil viver só. A solidão a esmagava. Terrível não ter uma só pessoa para conversar. Era a criatura mais solitária que conhecia. Até Mrs. Cabot tinha um gato. Ruth Algrave não tinha bicho nenhum: eram bestiais demais para o seu gosto. Nem tinha televisão. Por dois motivos: faltava-lhe dinheiro e não queria ficar vendo as imoralidades que apareciam na tela. Na televisão de Mrs. Cabot vira um homem beijando uma mulher na boca. E isso sem falar no perigo da transmissão de micróbios. Ah, se pudesse escreveria todos os dias uma carta de protesto para o *Time*. Mas não adiantava protestar, ao que parecia. A falta de vergonha estava no ar. Até já vira um cachorro com uma cadela. Ficou impressionada. Mas se assim Deus queria, que então assim fosse. Mas ninguém a tocava jamais, pensou. Ficava curtindo a solidão.

Até as crianças eram imorais. Evitava-as. E lamentava muito ter nascido da incontinência de seu pai e de sua mãe. Sentia pudor deles não terem tido pudor.

Como deixava arroz cru na janela, os pombos vinham visitá-la. Às vezes entravam-lhe no quarto. Eram enviados por Deus. Tão inocentes. Arrulhando. Mas era meio imoral o arrulho deles, embora menos do que ver mulher quase nua na televisão. Ia amanhã sem falta escrever uma carta protestando contra os maus costumes daquela cidade maldita que era Londres. Chegara uma vez a ver uma fila de viciados junto de uma farmácia, esperando a vez de tomarem uma aplicação. Como é que a Rainha permitia? Mistério. Escreveria mais uma carta denunciando a própria Rainha. Escrevia bem, sem erros de gramática e batia as cartas na máquina do escritório quando tinha um instante de folga. Mr. Clairson, seu chefe, elogiava muito as suas cartas publicadas. Até dissera que ela poderia um dia vir a ser escritora. Ficava orgulhosa e agradecera muito.

Estava assim deitada na cama com a sua solidão. O embora.

Foi então que aconteceu.

Sentiu que pela janela entrava uma coisa que não era um pombo. Teve medo. Falou bem alto:

— Quem é?

E a resposta veio em forma de vento:

— Eu sou um eu.

— Quem é você? perguntou trêmula.

— Vim de Saturno para amar você.

— Mas eu não estou vendo ninguém! gritou.

— O que importa é que você está me sentindo.

E sentia-o mesmo. Teve um *frisson* eletrônico.

— Como é que você se chama? perguntou com medo.

— Pouco importa.

— Mas quero chamar seu nome!

— Chame-me de Ixtlan.

Eles se entendiam em sânscrito. Seu contato era frio como o de uma lagartixa, dava-lhe calafrios. Ixtlan tinha sobre a cabeça uma coroa de cobras entrelaçadas, mansas pelo terror de poder morrer. O manto que cobria o seu corpo era da mais sofrida cor roxa, era ouro mau e púrpura coagulada.

Ele disse:

— Tire a roupa.

Ela tirou a camisola. A lua estava enorme dentro do quarto. Ixtlan era branco e pequeno. Deitou-se ao seu lado na cama de ferro. E passou as mãos pelos seus seios. Rosas negras.

Ela nunca tinha sentido o que sentiu. Era bom demais. Tinha medo que acabasse. Era como se um aleijado jogasse no ar o seu cajado.

Começou a suspirar e disse para Ixtlan:

— Eu te amo, meu amor! meu grande amor!

E — é, sim. Aconteceu. Ela queria que não acabasse nunca. Como era bom, meu Deus. Tinha vontade de mais, mais e mais.

Ela pensava: aceitai-me! Ou então: "Eu me vos oferto." Era o domínio do "aqui e agora".

Perguntou-lhe: quando é que você volta?

Ixtlan respondeu:

— Na próxima lua cheia.

— Mas eu não posso esperar tanto!

— É o jeito, disse ele até friamente.

— Vou ficar esperando bebê?

— Não.

— Mas vou morrer de saudade de você! como é que eu faço?

— Use-se.

Ele se levantou, beijou-a castamente na testa. E saiu pela janela.

Começou a chorar baixinho. Parecia um triste violino sem arco. A prova de que tudo isso acontecera mesmo era o lençol manchado de sangue. Guardou-o sem lavá-lo e poderia mostrá-lo a quem não acreditasse nela.

Viu a madrugada nascer toda cor-de-rosa. No *fog* os primeiros passarinhos começavam a pipilar com doçura, ainda sem alvoroço.

Deus iluminava seu corpo.

Mas, como uma baronesa Von Blich, nostalgicamente recostada no dossel de cetim de seu leito, fingiu tocar a campainha para chamar o mordomo que lhe traria café quente, forte, forte.

Ela o amava e ia esperar ardentemente pela nova lua cheia. Não quis tomar banho para não tirar de si o gosto de Ixtlan. Com ele não fora pecado e sim uma delícia. Não queria mais escrever nenhuma carta de protesto: não protestava mais.

E não foi à igreja. Era mulher realizada. Tinha marido.

Então, no domingo, na hora do almoço, comeu *filet mignon* com purê de batata. A carne sangrenta era ótima. E tomou vinho tinto italiano. Era mesmo privilegiada. Fora escolhida por um ser de Saturno.

Tinha lhe perguntado por que a havia escolhido. Ele dissera que era por ela ser ruiva e virgem. Sentia-se bestial. Não tinha mais nojo de bichos. Eles que se amassem, era a melhor coisa do mundo. E ela esperaria por Ixtlan. Ele voltaria: eu sei, eu sei, eu sei, pensava ela. Também não tinha mais repulsa pelos casais do Hyde Park. Sabia como eles se sentiam.

Como era bom viver. Como era bom comer carne sangrenta. Como era bom tomar vinho italiano bem adstringente, meio amargando e restringindo a língua.

Era agora imprópria para menores de dezoito anos. E se deleitava, babava-se de gosto nisso.

Como era domingo, foi ao canto coral. Cantou melhor do que nunca e não se surpreendeu quando a escolheram para solista. Cantou a sua aleluia. Assim: Aleluia! Aleluia! Aleluia!

Depois foi ao Hyde Park e deitou-se na grama quente, abriu um pouco as pernas para o sol entrar. Ser mulher era uma coisa soberba. Só quem era mulher sabia. Mas pensou: será que vou ter que pagar um preço muito caro pela minha felicidade? Não se incomodava. Pagaria tudo o que tivesse de pagar. Sempre pagara e sempre fora infeliz. E agora acabara-se a infelicidade. Ixtlan! Volte logo! Não posso mais esperar! Venha! Venha! Venha!

Pensou: será que ele gostara de mim porque sou um pouco estrábica? Na próxima lua cheia perguntaria a ele. Se fosse por isso, não tinha dúvida: forçaria a mão e se tornaria completamente vesga. Ixtlan, tudo o que você quiser que eu faça, eu faço. Só que morria de saudade. Volte, my love.

Sim. Mas fez uma coisa que era traição. Ixtlan a compreenderia e perdoaria. Afinal de contas, a pessoa tinha que dar um jeito, não tinha?

Foi o seguinte: não aguentando mais, encaminhou-se para o Picadilly Circle e achegou-se a um homem cabeludo. Levou-o ao seu quarto. Disse-lhe que não precisava pagar. Mas ele fez questão e antes de ir embora deixou na mesa-de-cabeceira uma libra inteira! Bem que estava precisada de dinheiro. Ficou furiosa, porém, quando ele não quis acreditar na sua história. Mostrou-lhe, quase até o seu nariz, o lençol manchado de sangue. Ele riu-se dela.

Na segunda-feira de manhã resolveu-se: não ia mais trabalhar como datilógrafa, tinha outros dons. Mr. Clairson que se danasse. Ia era ficar mesmo nas ruas e levar homens para o quarto. Como era boa de cama, pagar-lhe-iam muito bem. Poderia beber vinho italiano todos os dias. Tinha vontade de comprar um vestido bem vermelho com o dinheiro que o cabeludo lhe deixara. Soltara os cabelos bastos que eram uma beleza de ruivos. Ela parecia um uivo.

Aprendera que valia muito. Se Mr. Clairson, o sonso, quisesse que ela trabalhasse para ele, teria que ser de outro bom modo.

Antes compraria o vestido vermelho decotado e depois iria ao escritório chegando de propósito, pela primeira vez na vida, bem atrasada. E falaria assim com o chefe:

— Chega de datilografia! Você que não me venha com uma de sonso! Quer saber de uma coisa? deite-se comigo na cama, seu desgraçado! e tem mais: me pague um salário alto por mês, seu sovina!

Tinha certeza de que ele aceitaria. Era casado com uma mulher pálida e insignificante, a Joan, e tinha uma filha anêmica, a Lucy. Vai é se deliciar comigo, o filho de uma cadela.

E quando chegasse a lua cheia — tomaria um banho purificador de todos os homens para estar pronta para o festim com Ixtlan.



## A LÍNGUA DO "P"

Maria Aparecida — Cidinha, como a chamavam em casa — era professora de inglês. Nem rica nem pobre: remediada. Mas vestia-se com apuro. Parecia rica. Até suas malas eram de boa qualidade.

Morava em Minas Gerais e iria de trem para o Rio, onde passaria três dias, e em seguida tomaria o avião para Nova Iorque.

Era muito procurada como professora. Gostava da perfeição e era afetuosa, embora severa. Queria aperfeiçoar-se nos Estados Unidos.

Tomou o trem das sete horas para o Rio. Frio que fazia. Ela com casaco de camurça e três malas. O vagão estava vazio, só uma velhinha dormindo num canto sob o seu xale.

Na próxima estação subiram dois homens que se sentaram no banco em frente ao banco de Cidinha. O trem em marcha. Um homem era alto, magro, de bigodinho e olhar frio, o outro era baixo, barrigudo e careca. Eles olharam para Cidinha. Esta desviou o olhar, olhou pela janela do trem.

Havia um mal-estar no vagão. Como se fizesse calor demais. A moça inquieta. Os homens em alerta. Meu Deus, pensou a moça, o que é que eles querem de mim? Não tinha resposta. E ainda por cima era virgem. Por que, mas por que pensara na própria virgindade?

Então os dois homens começaram a falar um com o outro. No começo Cidinha não entendeu palavra. Parecia brincadeira. Falavam depressa demais. E a linguagem pareceu-lhe vagamente familiar. Que língua era aquela?

De repente percebeu: eles falavam com perfeição a língua do "p". Assim:

— Vopocêpê reperaparoupou napa mopoçapa bopo-nipitapa?

— Jápá vipi tupudopo. Épé linpindapa. Espestápá no-po papapopo.

Queriam dizer: você reparou na moça bonita? Já vi tudo. É linda. Está no papo.

Cidinha fingiu não entender: entender seria perigoso para ela. A linguagem era aquela que usava, quando criança, para se defender dos adultos. Os dois continuaram:

— Queperopo cupurrapar apa mopoçapa. Epe vopocepe?

— Tampambépém. Vapaipi serper nopo tupunelpel.

Queriam dizer que iam currá-la no túnel... O que fazer? Cidinha não sabia e tremia de medo. Ela mal se conhecia. Aliás nunca se conhecera por dentro. Quanto a conhecer os outros, aí então é que piorava. Me socorre, Virgem Maria! me socorre! me socorre!

— Sepe repesispistirpir popodepemospos mapatarpar epelapa.

Se resistisse podiam matá-la. Era assim então.

— Compom umpum pupunhalpal. Epe roupoubarpar epelapa.

Matá-la com um punhal. E podiam roubá-la.

Como lhes dizer que não era rica? que era frágil, qualquer gesto a mataria. Tirou um cigarro da bolsa para fumar e acalmar-se. Não adiantou. Quando seria o próximo túnel? Tinha que pensar depressa, depressa, depressa.

Então pensou: se eu me fingir de prostituta, eles desistem, não gostam de vagabunda.

Então levantou a saia, fez trejeitos sensuais — nem sabia que sabia fazê-los, tão desconhecida ela era de si mesma — abriu os botões do decote, deixou os seios meio à mostra. Os homens de súbito espantados.

— Tápá dopoipidapa.

Está doida, queriam dizer.

E ela a se requebrar que nem sambista de morro. Tirou da bolsa o batom e pintou-se exageradamente. E começou a cantarolar.

Então os homens começaram a rir dela. Achavam graça na doideira de Cidinha. Esta desesperada. E o túnel?

Apareceu o bilheteiro. Viu tudo. Não disse nada. Mas foi ao maquinista e contou. Este disse:

— Vamos dar um jeito, vou entregar ela pra polícia na primeira estação.

E a próxima estação veio.

O maquinista desceu, falou com um soldado por nome de José Lindalvo. José Lindalvo não era de brincadeira. Subiu no vagão, viu Cidinha, agarrou-a com brutalidade pelo braço, segurou como pôde as três malas, e ambos desceram.

Os dois homens às gargalhadas.

Na pequena estação pintada de azul e rosa estava uma jovem com uma mala. Olhou para Cidinha com desprezo. Subiu no trem e este partiu.

Cidinha não sabia como se explicar ao polícia. A língua do "p" não tinha explicação. Foi levada ao xadrez e lá fichada. Chamaram-na dos piores nomes. E ficou na cela por três dias. Deixavam-na fumar. Fumava como uma louca, tragando, pisando o cigarro no chão de cimento. Tinha uma barata gorda se arrastando no chão.

Afinal deixaram-na partir. Tomou o próximo trem para o Rio. Tinha lavado a cara, não era mais prostituta. O que a preocupava era o seguinte: quando os dois haviam falado em currá-la, tinha tido vontade de ser currada. Era uma descarada. Epe sopoupu upumapa puputapa. Era o que descobrira. Cabisbaixa.

Chegou ao Rio exausta. Foi para um hotel barato. Viu logo que havia perdido o avião. No aeroporto comprou a passagem.

E andava pelas ruas de Copacabana, desgraçada ela, desgraçada Copacabana.

Pois foi na esquina da rua Figueiredo Magalhães que viu a banca de jornal. E pendurado ali o jornal O Dia. Não saberia dizer por que comprou.

Em manchete negra estava escrito: "Moça currada e assassinada no trem".

Tremeu toda. Acontecera, então. E com a moça que a desprezara.

Pôs-se a chorar na rua. Jogou fora o maldito jornal. Não queria saber dos detalhes.

Pensou:

— É pé. Opo despestipinopo é pé impimplaplacápávepel.

O destino é implacável.